

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

ROSEANE MOURA SOUSA

FONTES DO CRESCIMENTO ECONÔMICO NO NORDESTE:
uma avaliação do período entre 2004 e 2013

São Luís
2016

ROSEANE MOURA SOUSA

FONTES DO CRESCIMENTO ECONÔMICO NO NORDESTE:
uma avaliação do período entre 2004 e 2013

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão, para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Área de concentração: Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. João Gonsalo de Moura.

São Luís

2016

Sousa, Roseane Moura

Fontes do Crescimento Econômico no Nordeste: uma avaliação do período entre 2004 e 2013/ Roseane Moura Sousa. – 2016.

83 f.

Orientador: João Gonsalo de Moura.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, 2016.

1. Crescimento Econômico. 2. Desigualdades Regionais. 3. Nordeste. I Moura, João Gonsalo de. II. Título

CDU: 330.35(812/813)

ROSEANE MOURA SOUSA

FONTES DO CRESCIMENTO ECONÔMICO NO NORDESTE:

uma avaliação do período entre 2004 e 2013

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão, para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Área de concentração: Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. João Gonsalo de Moura.

Aprovada em: 14/06/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Gonsalo de Moura

Universidade Federal do Maranhão

Orientador

Prof. Dr. Ricardo Zimbrão Affonso de Paula

Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

Confesso que a concretização do mestrado significou para mim um exercício de autoconhecimento e um exercício de humildade. Mais do que a realização de um sonho ou a obtenção de uma titulação acadêmica. Só tenho a agradecer pelas lições aprendidas.

Agradeço primeiramente a Deus, pela inspiração, iluminação e por permitir chegar até aqui.

Ao meu orientador professor João Gonsalo de Moura pela orientação segura e pelo incentivo para a conclusão do mestrado.

Aos professores César Labre e Ricardo Zimbrão pela contribuição dada na qualificação da dissertação.

A todos os professores do Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão por contribuírem para a minha formação acadêmica.

A todos que direta ou indiretamente me permitiram e deram condições durante toda esta jornada.

E por fim, gostaria de agradecer à minha família, em especial aos meus pais, que não mediram esforços para que ao longo de minha vida, eu pudesse seguir pelos caminhos que acreditei como melhores, estando sempre prontos para me apoiarem e vendo sempre o melhor em mim; acreditando em mim, quando nem eu mesmo acreditava.

RESUMO

Evidências a respeito do crescimento econômico na região Nordeste no período compreendido entre os anos de 2004 e 2013. Busca nos pensadores da questão regional no Nordeste o referencial teórico para solução das desigualdades. Analisa-se o grau da desigualdade regional em diversos aspectos e traça um comparativo dos estados da Região entre si e com as outras regiões do país, tendo por fundamento as teorias do crescimento e do desenvolvimento econômico. Utilizando a metodologia empregada na literatura empírica pretende-se analisar os indicadores que atestam o crescimento da região. Investiga possíveis modificações na estrutura econômica e os principais fatores determinantes das variações do produto dos estados que compõem a mencionada região. Nesta direção, os resultados que foram apresentados na parte final do trabalho indicam que a melhoria nos níveis de emprego e renda na região passa por iniciativas que tenham como foco o aumento na produtividade total dos fatores de produção. Espera-se que ao longo dos próximos anos a tendência aqui verificada prevaleça, de modo que o Nordeste passe por uma transformação que gere maiores níveis de emprego, renda e, de forma abrangente, aumente o seu padrão de desenvolvimento.

Palavras-chaves: Crescimento Econômico. Desigualdades Regionais. Nordeste.

ABSTRACT

Evidence about the economic growth in the Northeast in the period between 2004 and 2013. Search the thinkers of the regional issue in the Northeast the theoretical framework for solution of inequalities. Analyzes the degree of regional inequality in various aspects and draws a comparison of the Region states among themselves and with other regions of the country, with the foundation theories of growth and economic development. Using the methodology used in the empirical literature is intended to analyze the indicators that attest to the region's growth. Investigates possible changes in the economic structure and the main determinants of the variations of the product states that make up that region. In this direction, the results were presented at the end of the study indicate that the improvement in the levels of employment and income in the region goes through initiatives that focus on the increase in total productivity of production factors. It is expected that over the next few years the trend here checked prevail, so that the North undergoes a transformation that generates higher levels of employment, income and comprehensively, increase their standard of development.

Keywords: Economic Growth. Regional Inequalities. Northeast.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação percentual das regiões na população total do Brasil (%).....	38
Gráfico 2 - Taxa de Urbanização dos Estados do Nordeste (anos 2000 e 2010)	39
Gráfico 3 - Participação da população estadual na população nordestina (2010 - %).....	39
Gráfico 4 - População servida por rede de abastecimento de água em 2010	45
Gráfico 5 - População (urbana e rural) servida por coleta de lixo em 2010	45
Gráfico 6 - População (urbana e rural) servida por esgotamento sanitário em 2010.....	46
Gráfico 7 - Taxa de analfabetismo (Brasil e regiões) da população de 15 anos ou mais no ano de 2010.....	47
Gráfico 8 - Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais dos estados e região Nordeste (2000 e 2010)	48
Gráfico 9 - Participação percentual das regiões no PIB	49
Gráfico 10 - PIB percentual por estados da região Nordeste no período de 2000 a 2012	50
Gráfico 11 - Participação percentual por estado do Nordeste no PIB do Brasil nos anos 2000 e 2012 (%)	51
Gráfico 12 - PIB per capita (valores correntes de 2010) por região geográfica e Brasil.....	52
Gráfico 13 - PIB per capita dos estados do Nordeste (2010)	52
Gráfico 14 - Renda Domiciliar per capita das regiões e Brasil no ano de 2010.....	53
Gráfico 15 - Renda Domiciliar per capita por estado do Nordeste em 2010	54
Gráfico 16 - Taxa de desemprego (%) do Brasil, Nordeste e estados no ano de 2010.....	57
Gráfico 17 - Taxa de crescimento do capital no Nordeste de 2004 a 2013 (%).....	72
Gráfico 18 - Taxa de crescimento da força de trabalho no Nordeste (2004-2013)	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População da região Nordeste por estados	37
Tabela 2 - Taxa de mortalidade infantil da região Nordeste e estados (2000 a 2011).....	40
Tabela 3 - Taxa bruta de mortalidade da região Nordeste e estados (2000 a 2011).....	42
Tabela 4 - Taxa bruta de natalidade da região Nordeste e estados (2000 a 2011)	43
Tabela 5 - Taxa de fecundidade nos estados do Nordeste e Brasil (2000 a 2011)	43
Tabela 6 - Índice de GINI da renda domiciliar per capita para os estados do Nordeste.....	54
Tabela 7 - Nordeste: participação setorial (%) no VAB regional e peso (%) dos setores no VAB nacional em 2010.....	55
Tabela 8 - Participação no Valor Adicionado Bruto (%) de cada estado em 2010	56
Tabela 9 - Exportação e Importação (%) por fator agregado do Nordeste (2010 – 2012).....	61
Tabela 10 - Exportação e Importação por Grande Categoria Econômica NE (2010 a 2012).	62
Tabela 11 - Percentual de crescimento dos estados do Nordeste (2004 a 2013).....	71
Tabela 12 - Fontes de crescimento para os estados do Nordeste (2004 a 2013)	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNB	- Banco do Nordeste
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPAL	- Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CHESF	- Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CODENO	- Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste
CODEVASF	- Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
DNIT	- Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes
DNOCS	- Departamento Nacional de Obras contra a Seca
FCO	- Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FINOR	- Fundo de Investimentos do Nordeste
FNE	- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNO	- Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
GTDN	- Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PIB	- Produto Interno Bruto
SIDRA	- Sistema IBGE de Recuperação Automática
SUDAM	- Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
VAB	- Valor Agregado Bruto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O DESENVOLVIMENTO E A QUESTÃO REGIONAL	13
2.1	O Desenvolvimento na Segunda Metade do Século XX	13
2.2	O Debate sobre Desenvolvimento na América Latina	16
2.3	A Análise de Celso Furtado sobre a Questão Regional	20
2.3.1	O GTDN	23
2.4	As Desigualdades Regionais na Contemporaneidade	28
3	INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO NORDESTE	36
3.1	Características Demográficas	37
3.2	Indicadores Sociais	40
3.3	Indicadores Econômicos	48
3.3.1	PIB per capita	51
3.4	Os Polos Dinâmicos	58
3.5	O Comércio Exterior	59
4	FONTES DE CRESCIMENTO DO NORDESTE	63
4.1	Instrumentos de desenvolvimento regional na Constituição Federal	64
4.2	Medidas de produtividade	66
4.2.1	Função de produção agregada	67
4.3	Cálculo das Fontes de Crescimento Econômico no Nordeste	70
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
	REFERÊNCIAS	78

1 INTRODUÇÃO

Por muito tempo a economia nordestina ficou estigmatizada por suas características marcantes de elevada incidência de pobreza, baixo nível de desenvolvimento econômico e alta concentração de renda intra e entre estados.

No entanto, embora os indicadores de desenvolvimento da economia nordestina estejam ainda em um patamar bem abaixo da média nacional, os mesmos têm apresentado melhoras significativas nos últimos anos. Houve um período de forte dinamismo na economia da região, apoiado principalmente, no bom desempenho alcançado pela economia brasileira, sobretudo quando se considera os anos compreendidos entre 2004 e 2010.

A necessidade de que a economia do Nordeste cresça a taxas mais elevadas que a média nacional é o um objetivo almejado há bastante tempo, sobretudo a partir dos estudos comandados por Celso Furtado no final dos anos 1950, que desencadearam uma série de medidas concretas como a criação de agência de desenvolvimento e fundos de financiamento específicos para atividades a serem desenvolvidas no âmbito da região nordestina. Crescer acima da média nacional seria a única maneira logicamente imaginável dos indicadores regionais se aproximarem dos indicadores nacionais, principalmente quando se trata de variáveis como emprego e renda.

Como foi mencionado acima, durante a primeira década do século XXI houve um importante surto de crescimento na região Nordeste, abrangendo todos os estados que compõem a mesma. Neste contexto, torna-se oportuno investigar as principais causas que poderiam ter fundamentado a expansão das economias estaduais, considerando especificamente a contribuição dos fatores de produção tradicionalmente enumerados pelos economistas.

Tendo o quadro apresentado, o objetivo deste trabalho é estudar o crescimento econômico da região Nordeste no período de 2004 a 2013, bem como investigar possíveis modificações na sua estrutura e os principais fatores determinantes das variações do produto dos estados que compõem a mencionada região. Ou seja, será feita uma tentativa de destacar a importância de fatores produtivos como o capital, o trabalho e o progresso tecnológico.

Para alcançar o objetivo proposto, este trabalho está dividido em cinco capítulos, sendo o primeiro esta introdução. No segundo capítulo é feita uma exposição teórica enfatizando como se desenvolveram as teorias sobre crescimento econômico, desenvolvimento econômico no mundo pós-guerra. Aqui é dado um destaque especial ao pensamento de Celso Furtado, além de elencar a contribuição de outros estudiosos desta

questão na contemporaneidade, sobretudo, aos autores que se dedicam à questão regional nordestina. No terceiro capítulo há uma exposição do panorama econômico atual da região, enfatizando os aspectos de maneira global, com dados demográficos, indicadores econômicos e indicadores sociais do Nordeste. No quarto capítulo faz-se uma análise dos próprios indicadores que atestam o crescimento da região. Além disso, o capítulo contém uma tentativa de desmembramento das taxas de crescimento econômico no período em foco, de maneira que possa ser explicitada a contribuição individual do trabalho, do capital e do progresso tecnológico. Por fim, no quinto capítulo, constam as considerações finais.

2 O DESENVOLVIMENTO E A QUESTÃO REGIONAL

Este capítulo está estruturado em quatro seções que seguem o seguinte encadeamento: a primeira seção objetiva retratar os primórdios das discussões acerca de desenvolvimento econômico no pós-guerra; a segunda seção apresenta o pensamento acerca do tema desenvolvido na América Latina; a terceira seção dá destaque ao pensamento de Celso Furtado; por fim, a quarta seção dá destaque aos pensadores da temática que se ao entendimento da dinâmica da economia do Nordeste.

2.1 O Desenvolvimento na Segunda Metade do Século XX

A discussão da temática do desenvolvimento econômico ganhou força e tornou-se tema prioritário na agenda dos governos e das instituições de coordenação econômica e política do mundo ocidental após passada a turbulência no mundo do Pós Segunda Guerra. As particularidades dessa época influíram nas diversas formulações acerca das questões do crescimento, do desenvolvimento e da industrialização, já que muitos países queriam alcançar taxas positivas de crescimento, tornando a expansão econômica de seus mercados o grande objetivo a ser buscado (VIANNA, 2007; DINIZ, 2009).

Segundo Diniz (2009, p. 228):

A crise de 1929, ao provocar generalizada recessão econômica no mundo capitalista, colocou às claras o problema das desigualdades regionais na maioria dos países industrializados, as quais vinham se formando desde o século anterior, mas não eram explicitadas. A tomada de consciência dessas desigualdades e a mudança na concepção do papel do Estado, com a revolução keynesiana e o avanço das técnicas e práticas de planejamento, promoveram a criação de políticas de redução das desigualdades regionais e de reordenamento do território em vários países, com a criação de instituições específicas para a implementação dessas políticas.

Além de tratar do desenvolvimento econômico em si e da reestruturação das economias no pós-guerra, sobretudo aos países na Europa e Japão, também foi dada maior importância na literatura a questão da desigualdade entre os países. Isso influenciou a pauta das discussões, rompendo com o paradigma dominante, que privilegiava os ciclos econômicos, instigando a analisar e teorizar sobre o cenário do mercado mundial nas décadas de 1950 e 1960 (DINIZ, 2009).

Em síntese, foram inúmeras as questões que emergiram nessa época, quando os estudiosos passaram a oferecer contribuições que ampliaram significativamente a compreensão dos economistas sobre o dinamismo econômico de países e regiões. Algumas dessas contribuições serão mencionadas a seguir.

Hirschman (1958) empreendeu o estudo do processo de polarização, através do qual as regiões mais desenvolvidas suscitam a atração de insumos de capital físico e trabalho qualificado das regiões menos desenvolvidas, reforçando a desigualdade; ainda que reconhecesse também a existência de efeitos de “gotejamento” das regiões desenvolvidas sobre as regiões atrasadas. Entendia que o processo de desenvolvimento trazia em seu bojo o caráter de desequilibrado, sendo o desenvolvimento iniciado em poucos centros regionais economicamente mais fortes. Este crescimento desequilibrado provocaria tensões e pressões e estimulariam o crescimento de outras regiões. Também chamava a atenção para a importância do investimento em capital social básico para a promoção do desenvolvimento da região (CARDOSO, 2012).

Perroux (1967), analisando o caráter desigual do desenvolvimento francês e embasado na teoria do progresso técnico de Schumpeter, desenvolveu a noção de polo de desenvolvimento. Pois, o dinamismo de um polo era ocasionado pela presença de uma (por vezes, mais de uma) indústria motriz que atua de modo prevacente e gera efeitos multiplicadores sobre outras atividades. Assim sendo, os polos industriais de crescimento podem desenvolver-se ao redor de uma aglomeração urbana importante ou ao longo das grandes fontes de matérias-primas, como também nos lugares de passagem e fluxos comerciais expressivos ou mesmo em volta de alguma área agrícola dependente (BENEVIDES, 2013).

Outro autor a prestar sua contribuição ao debate foi Myrdal (1968) demonstrando que o desenvolvimento econômico promove um processo de causação circular acumulativa no sentido ascendente ou descendente. Ou seja, as regiões ricas tendem a se tornar mais prósperas e as regiões pobres crescerão mais modestamente. Com isso, ele reconhecia a existência de efeitos de espraiamento do desenvolvimento econômico e do círculo vicioso do subdesenvolvimento. Sua grande contribuição foi chamar a atenção para o fato que o processo acumulativo, quando não controlado, promoverá desigualdades crescentes, e que, na dinâmica do crescimento, o sistema tende a afastar-se do equilíbrio (SOUZA, 2009).

Segundo Jones (2000, p. 16), Robert Solow publicou um artigo seminal sobre o crescimento e o desenvolvimento econômico, intitulado “*A Contribution to the Theory of Economic Growth*”. Desde então, passou a ser conhecido como o Modelo de Crescimento de Solow. Construído em torno de duas equações fundamentais (função de produção e função de acumulação de capital), indagava os motivos pelos quais há países que são mais abastados economicamente que outros. Preocupava-se em demonstrar que o produto por trabalhador é uma função crescente da razão entre capital e trabalho. Desta forma, o condicionante do

crescimento econômico reside na taxa de investimento, na taxa de crescimento da força de trabalho e nas alterações de cunho tecnológico que ocorrem na esfera da produção.

Rostow (1974) preconizava que o desenvolvimento econômico se daria em um processo encadeado em cinco estágios básicos, obtendo assim a modernização econômica. Embasado na análise histórica de distintos países ocidentais, esse encadeamento, era visto como conjunto de fases a serem percorridas por qualquer país que almejasse o desenvolvimento.

Segundo Rostow (1974) e Sarmiento (2012) os cinco estágios eram classificados como:

O primeiro estágio era denominado “sociedade tradicional” reporta-se à baixa produtividade acarretada pela falta de tecnologia, com maior dedicação à produção agrícola. O segundo estágio, englobado as “pré-condições para o arranco”, seria uma etapa de transição para o arranco, de perfil industrial. A tecnologia seria empregada tanto no setor agrícola como no industrial, numa esfera de expansão internacional, ampliando-se o comércio exterior. Porém, ainda haveria o uso de métodos arcaicos de produção e estruturas sociais.

No terceiro estágio, classificado como “*arranco*”, são rompidos todos os agentes impeditivos à disseminação do desenvolvimento e do progresso técnico, surgindo novas técnicas de produção. O agricultor, por exemplo, passa a ser o empresário agrícola neste momento. O quarto estágio, “*marcha para maturidade*”, é a etapa em que não persiste mais insuficiência tecnológica em qualquer área produtiva. Nesta fase são realizados diversos investimentos, apresentando um crescimento progressivo de uma série de indústrias, além da grande expansão do mercado externo.

E, por último, o estágio da “*era do consumo em massa*” é caracterizado pela opulência no padrão de vida da população, que seria majoritariamente urbana. Nesta última etapa, a maioria das pessoas já teria satisfeitas as necessidades mínimas de recursos para sua subsistência e a preocupação com o bem-estar social seria a preocupação mais importante da sociedade. Destarte, esta seção tencionou apontar estas particularidades, não por meio de uma cronologia, nem de uma resenha aprofundada dos autores mais representativos e sim propiciando um entendimento do período em que surgiram estas teorias que versam sobre desenvolvimento econômico.

Em suma, pretendeu-se apresentar o que foi produzido no interior da ciência econômica, estabelecendo a relações com as especificidades do período em que foram gestadas e desenvolvidas essas ideias. Assim, o presente capítulo tem por objetivo apresentar

os marcos relevantes do momento, para que se possa ter o perfeito entendimento das motivações e dos desenvolvimentos teóricos.

2.2 O Debate sobre Desenvolvimento na América Latina

Também na América Latina, surgiram contribuições acerca do subdesenvolvimento, na segunda metade do século XX. O nome mais expressivo no debate sobre as raízes do atraso latino-americano em relação aos outros países foi o do economista argentino Raúl Prebisch, que estava à frente dos trabalhos elaborados pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), criada em 1948 com o objetivo de coordenar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos e, posteriormente, do Caribe (COUTO, 2007).

Embora os conceitos de crescimento, desenvolvimento e industrialização fossem defendidos por correntes teóricas distintas, como foi explanado na seção anterior, a ideia prevalecente nos núcleos de pesquisas do período do pós II Guerra Mundial era a de que desenvolvimento implicaria progresso econômico, político e social, tendo como suporte e sustentação a expansão do setor industrial impulsionado pela ação do Estado. Entretanto, à medida que o desenvolvimento foi sendo adotado pelos países como meta do progresso econômico, político e social, foram constatados que nem todos os governos conseguiram resultados exitosos. Alguns obtiveram elevadas taxas de crescimento, mas não saíram da situação de dependência financeira ou tecnológica diante dos países mais desenvolvidos, e neste caso, tem-se o Brasil (CARDOSO, 2012).

A CEPAL propugnava que um princípio norteador seria a industrialização como alternativa para superar o subdesenvolvimento dos países da América Latina. Os conceitos da CEPAL formam um corpo analítico exclusivo, aplicável a condições históricas próprias da periferia latino-americana. Integra com destaque esse corpo analítico o princípio de que o Estado deve contribuir para a promoção de desenvolvimento econômico desses países (PREBISCH, 2000).

Na América Latina, o diagnóstico da CEPAL, baseado nos conceitos de “centro” e “periferia” desenvolvido por Raúl Prebisch procurava demonstrar que o atraso relativo da região decorria das relações de intercâmbio com o exterior, por meio das quais o “centro” do mundo capitalista ao manter os resultados do progresso tecnológico, exportar bens industrializados e possuir melhor organização sindical se beneficiava nas suas relações de troca com a “periferia” que exportava bens primários, cujos preços não subiam com o

aumento de demanda, pelo excesso de fatores (terra e trabalho) e sempre caíam quando havia retração na demanda (BORJA, 2013).

Ao analisar que os ganhos de capital entre os países centrais e periféricos eram distintos, Raúl Prebisch refutou a tese das vantagens comparativas como mola propulsora do crescimento econômico. A lei das vantagens comparativas partia do pressuposto que os países participantes do comércio exterior poderiam utilizar mais racionalmente seus recursos, o que se tornaria um fator de diminuição das discrepâncias nos níveis de renda dos países, pois eliminaria os efeitos negativos da estreiteza dos mercados internos. O precursor da CEPAL advertiu a comunidade acadêmica para a importância de estudar as estruturas sociais dentro das quais os custos são formados e o excedente é apropriado (RODRIGUEZ, 1981).

Raúl Prebisch evidenciou que as transações econômicas entre os países do centro e os periféricos são propensas a perpetuar o cenário do subdesenvolvimento, aumentando o hiato entre eles. Para o economista argentino, a mão invisível preconizada por Adam Smith não corrigia as distorções, mas, ao contrário, as acentuava. Chamou essas distorções de deterioração dos termos de troca. Esta deterioração revelaria a ausência das vantagens universais do progresso técnico resultante de sua transferência para a periferia. Dito de outra forma, a predisposição à queda dos preços relativos dos produtos primários em condições de ampla oferta de mão de obra e de elevação da produtividade não é o mesmo processo que ocorre nos centros desenvolvidos (PREBISCH, 2000; BORJA, 2013).

Esse movimento de deterioração dos termos de troca ocasiona uma menor capacidade de acumulação na periferia. Logo se acende a discussão acerca da emergência de uma política pertinente para favorecer o desenvolvimento, compensando os desequilíbrios internos e promovendo o bem-estar da população. A saída proposta era a industrialização. Apregoava-se que o Estado Nacional deveria intervir no processo de industrialização, promovendo a homogeneização técnica dos diversos setores que compõem o processo produtivo, com reformas de caráter estrutural. Na inexistência de uma burguesia com capacidade de vanguarda para levar adiante de desenvolvimento (dada a escassez de recursos econômicos e técnicos), fazia-se necessária a ação do Estado na promoção do planejamento (COUTO, 2007).

Todavia, o que ocorreu com a maior parte dos países periféricos foi a denominada “modernização do processo produtivo”. Isto significa dizer que equivaleria ao “momento” da industrialização da periferia em que o modo de produção apresenta a dinâmica voltada para a substituição de importações. Acontece que, nesta fase se buscou satisfazer a demanda das elites nacionais, que buscavam seguir os padrões de consumo internacionais. Isso acarretou na

incorporação de uma tecnologia que não possuía correspondência com o excedente interno proveniente da exportação agrícola, mas sim com o perfil das camadas sociais geradoras da demanda.

Esquemáticamente exposta, a tese de desenvolvimento econômico apresentada nesta seção é a seguinte. As atividades de exportação dos países latinoamericanos são insuficientes para absorver o aumento da população ativa disponível, em virtude de seu crescimento vegetativo e do progresso técnico. A industrialização, antes de mais nada, desempenha o papel dinâmico de absorver diretamente a população ativa excedente e de estimular outras atividades, inclusive a agricultura de consumo interno, a fim de que elas contribuam para o mesmo objetivo. Desse modo, por meio do progresso técnico e da industrialização, vai aumentando a renda global e melhorando a renda per capita. À medida que a renda vai aumentando dessa maneira e que se modifica a composição da demanda, é indispensável ir transformando a composição das importações e desenvolvendo a produção substitutiva interna, para que outras importações possam crescer intensamente. Se esse reajuste das importações não for cumprido em medida suficiente, o crescimento da renda se manifestará na tendência ao desequilíbrio externo: as importações tenderão a crescer mais que a capacidade de importar. (PREBISCH apud BORJA, 2013, p.278).

As recomendações da CEPAL exerceram forte influência na execução da política econômica dos países da América Latina nas décadas de 1950 e 1960. O cerne do seu pensamento foi embasado nas relações com as economias “centrais” e na “deterioração dos termos de troca” e a ideia de que o crescimento e o progresso técnico ocorrem de forma diferenciada nos países periféricos, com reflexos para o comércio internacional e a divisão do trabalho, permaneceram no centro das análises cepalinas acerca dos aspectos determinantes do subdesenvolvimento latinoamericano.

Celso Furtado foi o economista brasileiro com maior afinidade com o pensamento da CEPAL, procurando elementos que lhe permitissem abordar problemas na dimensão nacional e interregional. Seus estudos deram ênfase ao Nordeste do Brasil, ensejando a discussão da questão regional nordestina que será discutida mais adiante.

As teorias sobre o desenvolvimento econômico apresentam-se como

[...] esquemas explicativos dos processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento de produtividade conduz à melhoria do bem estar de uma população com crescente homogeneização social. [...] contrariamente, a noção de subdesenvolvimento advém de situações em que aumentos de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem à homogeneização social, ainda que causem a elevação no nível de vida médio da população (FURTADO, 1992a, p. 38-40).

O desenvolvimento possui pelo menos três dimensões:

[...] a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos. A terceira dimensão é, certamente, a mais ambígua, pois aquilo a que aspira um grupo social pode parecer para outros simples desperdício de

recursos. Daí que essa terceira dimensão somente chegue a ser percebida como tal se incluída num discurso ideológico. (FURTADO, 2007, p.22).

O conjunto dessas dimensões dá sustentação ao que o autor definiu como desenvolvimento econômico e social. Entretanto faz-se mister enfatizar que o desenvolvimento de uma sociedade não é alheio à sua estrutura social.

O subdesenvolvimento [...] é um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. [...] o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. [...] O fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se sob várias e de diferentes estádios. (FURTADO, 1961, p. 180 - 191).

Isso equivale a dizer que o subdesenvolvimento não é uma fase pela qual obrigatoriamente tenha que ocorrer no processo de formação das economias capitalistas. Para ele, não existe essa necessidade de passar pelo subdesenvolvimento para só então alcançar o *status* de nação desenvolvida.

Ao contrário disso, o subdesenvolvimento resulta de uma interligação originada em certas condições históricas, entre um processo interno concentrador e um processo de dependência externa, onde se instauraria uma parte dos sistemas industriais dos países do centro da economia mundial, detentores de um alto grau de acumulação de capital. Este traço, com a dimensão cultural da cópia de modelos de consumo, produziria uma situação de convivência de formas heterogêneas de vida, com, de um lado, grupos sociais afluentes (onde a cópia dos novos modelos de consumo se efetiva) e, de outro, grupos sociais submetidos a níveis mínimos de subsistência, excluídos do nível de consumo das classes mais ricas (LACERDA, 2010).

As conceituações de Furtado (1992b), elaboradas ao longo da sua carreira como economista, sobre desenvolvimento e sobre subdesenvolvimento, possibilitaram-lhe pesquisar as causas do desequilíbrio na absorção dos avanços tecnológicos e as possíveis formas de combatê-las. Para tanto, buscou na história do sistema de produção capitalista a compreensão desses fenômenos.

A busca pela superação do atraso econômico e a promoção do desenvolvimento, parte, a princípio, da concepção de que o subdesenvolvimento é uma conformação estrutural produzida pela forma como se difundiu o progresso tecnológico no plano internacional. A sua superação, então, “[...] não se daria ao impulso das simples forças do mercado, exigindo um projeto político apoiado na mobilização de recursos sociais” (FURTADO, 1992b, p. 74-75).

O Estado ganha ênfase na obra de Furtado (1992b) como um importante instrumento, cuja utilização é importante para solução dos problemas estruturais. Com efeito,

o Estado é visto como esfera responsável pela coordenação e condução de políticas de planejamento que viabilizem a promoção do desenvolvimento. Trabalhando nessa perspectiva, o economista utiliza os conhecimentos acumulados desde a época em que trabalhou na CEPAL, nos anos 1950, para aprofundar uma abordagem de planejamento econômico que viabilizasse com mínimo custo social a superação do subdesenvolvimento (BORJA, 2013)

As ações do Estado estariam voltadas para as necessidades do conjunto da população, e não apenas para a reproduzirem-se dos padrões de consumo de uma minoria abastada, como ocorre no processo de modernização. Em termos gerais, a superação do subdesenvolvimento teria como característica básica “frear” a modernização, no contexto utilizado por Furtado (1962b), em virtude da adesão das camadas mais ricas da população ao padrão de consumo elitizado observado nos países centrais. Destaca que a ação do governo deveria estar aliada ao planejamento. No Brasil, o uso do planejamento nos moldes do que se preconizava no âmbito da CEPAL pode ser visto no Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek.

2.3 A Análise de Celso Furtado sobre a Questão Regional

Segundo Leff (1972), o diferencial econômico entre o Nordeste e o Sudeste do Brasil não é fenômeno recente, remontando ao século XIX. No fim do século XVIII, o Nordeste não parece ter sido uma região relativamente atrasada dentro do país. O referido autor pondera que embora pensadores como Simonsen (2005) chamassem atenção para uma profunda crise vivida pela região Sudeste, desde a década de 1850, os níveis de produção per capita no Sudeste suplantaram os níveis da região Nordeste.

Furtado (2007, p. 97) identifica que:

A inserção dos países latino-americanos nas novas linhas em expansão do comércio internacional tomou impulso a partir dos anos 40 do século XIX. Nesse processo de inserção configuraram-se três tipos de economia exportadora de produtos primários: a) economia exportadora de produtos agrícolas de clima temperado, b) economia exportadora de produtos agrícolas tropicais, e c) economia exportadora de produtos minerais. Em cada um deles, o comércio exterior contribuiu para moldar uma estrutura econômica particular, cujas características devem ser tidas em conta no estudo de sua evolução subsequente.

Furtado (2007) identificou que neste segundo tipo, incluía-se o Brasil. A inserção desses países [do segundo tipo, no item “b”] no comércio internacional se realizou em concorrência com áreas coloniais e com a região escravista dos Estados Unidos. O açúcar e o fumo conservaram suas características de produtos tipicamente coloniais até fins do século

XIX. Foi rápida a expansão da demanda de café e cacau, a partir de meados do século XIX, que permitiu aos produtos tropicais desempenhassem um papel dinâmico na integração da economia latino-americana no comércio internacional.

Para Furtado (2007), mais do que como fator de desenvolvimento, a importância econômica dos produtos tropicais foi também abrir importantes áreas de povoamento, pois segundo ele seus preços permaneceram sob a influência dos baixos salários das regiões coloniais que os produziam tradicionalmente e dadas as características desses produtos, eles em geral não exigiam a construção de uma importante infraestrutura para sua produção. Portanto, sendo produzidos em áreas que não contavam com capacidade de criação de novas técnicas, os produtos tropicais permaneciam no quadro de economias tradicionais.

Mesmo com essa tendência, o autor acima fez a ressalva de que em certas regiões, a agricultura tropical de exportação chegou a desempenhar papel importante como fator de desenvolvimento:

Quiçá o exemplo mais expressivo seja o da região cafeeira em São Paulo. As características físicas e químicas dos solos propiciaram a plantação extensiva do café. A produtividade relativamente alta da mão de obra, a grande extensão da área plantada e a utilização de imigrantes europeus que exigiam salário monetário favoreceram a construção de uma infraestrutura moderna e a criação do mercado interno. O caráter especial desse caso se evidencia quando se tem em conta que o planalto paulista, em fins do século XIX, contribuía com dois terços da produção mundial de café. (FURTADO, 2007, p. 99).

É neste contexto que as desigualdades regionais começaram a marcar presença, ainda por meio do processo econômico na segunda metade do século XIX. Conforme Brum (1999), o modelo agrário-exportador enfatizava a produção do café nas províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro; do açúcar, em Pernambuco; do cacau, na Bahia e da produção de borracha na Amazônia. À medida que aumentava a diversificação da produção aumentava, paralelamente, a desigualdade inter-regional do país. Além disso, como ressalta o próprio Furtado (2007), a baixa cooperação política entre as províncias impedia a propagação econômica para regiões em estado de desenvolvimento atrasado, acentuando e agravando o problema da desigualdade inter-regional.

De acordo com Cano (2007), a partir desse processo econômico desigual começou a ocorrer uma grande concentração industrial no Centro-Sul, especialmente em São Paulo, o que acabou implicando na debilitação de outras economias, em especial a nordestina, em virtude da integração que o mercado nacional começou a promover. É, pois, nesta fase que se inicia o chamado “arquipélago de economias regionais” devido à ausência de uma articulação entre as regiões que confluísse para uma economia nacional.

Araújo (2000) também analisa a situação do Nordeste neste período e dos vários momentos pelo qual passou a economia nordestina, argumentando que a região vivenciou primeiramente apenas uma articulação comercial, para somente depois promover a integração econômica com o restante do território. Foi durante o período de transição do país, em 1930 de uma condição primário-exportadora para um perfil crescentemente industrial, passando a ter uma “economia nacional regionalmente localizada”, que “a questão regional” surgiu com força na agenda dos debates sobre o desenvolvimento.

Porém, a partir dos anos 1950, o Brasil mostrou tendência a se articular internamente de forma mais intensa, intensificando esse processo, sendo o comando da produção ditado pelo mercado interno. Com efeito, foi em decorrência das interações entre as “ilhas econômicas regionais” que as desigualdades espaciais realmente ganharam visibilidade, nascendo, por assim dizer, a “questão regional brasileira”. Na medida em que as relações econômicas inter-regionais tornavam-se mais estreitas e o processo de industrialização evoluía, as desigualdades tenderam a se acentuar dentro do Brasil. “No momento em que essas articulações se montam é que a sociedade brasileira vai perceber que se haviam consolidado diferenciações regionais muito importantes e que determinadas regiões tinha uma dinâmica distinta de outras” (ARAÚJO, 2000, p.53).

Diferentes autores contribuíram para o debate em torno desse assunto. Destaca-se Oliveira (1977), que entende que “a questão regional é, antes de tudo e, sobretudo, o caso de uma unidade nacional mal resolvida”. Para o estudioso, as regiões brasileiras são resultado de processos históricos que marcaram diferentemente suas estruturas culturais, econômicas e sociais. Portanto, o autor acredita que, anteriormente às modificações da economia brasileira, com a chegada da indústria pesada na década de 1950, no governo de Juscelino Kubitschek, já havia uma questão regional bem definida, isto é, profundas desigualdades territoriais.

Tem-se, então, que a questão regional brasileira se caracteriza pelo estudo dos problemas regionais, particularmente das desigualdades de desenvolvimento. Tais problemas revelam-se como motivadores de ações governamentais dirigidas à criação de condições para o bem-estar social, bem como para um desenvolvimento econômico mais equilibrado espacialmente.

Por isso, Celso Furtado parte da formação da questão regional brasileira para derivar o tratamento da questão regional nordestina. Em seu discurso, as regiões Nordeste e Centro- Sul configuram os protagonistas centrais nesse debate, e no relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Econômico do Nordeste (GTDN), aparecem sugeridas as bases para a tentativa de superar o subdesenvolvimento nordestino. A inovação de tal

documento residia no fato de que o problema do Nordeste não eram as secas, mas sim o subdesenvolvimento.

Em suma, para tratar da questão regional, Celso Furtado concentrou seus esforços na compreensão das relações entre a questão regional e a teoria do subdesenvolvimento, utilizando como base analítica o arcabouço teórico cepalino. Quando as disparidades entre as regiões tornaram-se evidentes, após os movimentos de integração econômica nacional nos anos 1950 e da evolução da industrialização, Furtado utilizou a relação “centro-periferia” na abordagem dos vínculos entre as regiões Nordeste e Centro-Sul (VIANNA, 2007).

Na análise, a região nordestina se caracterizaria por ter uma condição periférica, ou seja, por se mostrar especializada na produção de caráter rudimentar de matérias-primas, voltada para a exportação, com pouco emprego de tecnologia e com predominância de mão de obra não especializada (uma extensão da análise utilizada para as economias latino-americanas). Já na região Centro-Sul, a produção industrial exibia maior presença, caracterizada por maior intensidade de tecnologia e mão de obra especializada, absorvendo a maior parte dos benefícios dos vínculos inter-regionais. Esse esquema analítico salientava que tais relações evocavam as interações do Brasil (economia periférica; produtora de matérias-primas), com os países desenvolvidos na Europa e América do Norte (detentores de alta tecnologia e produtores de bens industrializados).

Dessa forma, o centro gerador de desenvolvimento, e ao mesmo tempo concentrador de renda, era a região Centro-Sul, que recebia grandes investimentos do governo para fortalecer a indústria. Segundo Araújo (2000), o Estado desenvolvimentista brasileiro “jogava na promoção da expansão da base produtiva do Centro-Sul”. Desta forma, ao Nordeste figurava apenas o papel de colaborado dessa indústria. Os investimentos dirigidos pelo governo ao Nordeste se caracterizavam mais pelo assistencialismo, na época das secas.

2.3.1 O GTDN

Conforme Santiago (2011), o GTDN continha uma abordagem histórica e, certamente, foi um marco no enfrentamento do problema regional no Brasil, ao mostrar, pela primeira vez, que os recursos naturais não são os únicos fatores sobre os quais as ações governamentais deveriam agir. As suas propostas visaram, sobretudo à reestruturação econômica e social da região.

Segundo Araújo (2000), a região Nordeste possuía uma base produtiva muito frágil e havia a necessidade de reorganização, mormente da base agrícola a fim de ampliar a

oferta regional de alimentos. A rigor, o problema maior não residia na existência em si de grandes desigualdades regionais, se pelo menos houvesse uma tendência à sua reversão. Estava-se, na verdade, diante de um fenômeno de disparidades de ritmos de crescimento, que determinavam grandes desníveis de renda e bem-estar social, acentuados ainda mais, no Nordeste, por suas características estruturais de maior concentração de renda e menor massa de empregos gerados na economia.

Deixados ao seu desenvolvimento natural, esses desníveis tendiam ao alargamento e, quiçá, à institucionalização, tornando-se praticamente irreversíveis (CABRAL, 2011). Seria, pois, algo certamente equivocado, imaginar-se a economia nacional como um sistema único, tendo em vista que a mesma, ao contrário, compunha-se de dois sistemas: um deles era a economia do Centro-Sul, com grande capacidade de autopropulsão; o outro era a economia do Nordeste, em fase de relativa prostração. Neste aspecto, portanto, é que se pode dizer que a análise apresentada pelo GTDN é marcadamente estruturalista, atrelada ao pensamento da CEPAL, destacando-se que, em relação ao espaço nacional, o Centro-Sul ocupa a posição do centro, enquanto o Nordeste assume a posição da periferia.

Nesse diagnóstico, o GTDN destrincha todos os aspectos econômicos do Nordeste:

Do ponto de vista do diagnóstico da ‘Questão Regional’, o caso do Nordeste era não apenas o mais dramático, mas também o mais bem estudado. Não é demais lembrar que, do ponto de vista da formulação de um diagnóstico articulado e de uma visão integrada da ‘Política Regional’, o GTDN é um documento que, à época de sua concepção, constitui peça excepcional em relação aos demais documentos programáticos regionais (CANO, 2007, p. 23).

O documento esclarece que um dos problemas mais sérios a ser enfrentados naquela etapa do desenvolvimento nacional era o das desigualdades socioeconômicas regionais, as quais eram mais intensas entre o Centro-Sul e o Nordeste. Acrescenta, ainda, a disparidade de níveis de renda existente entre elas é o mais grave problema a se enfrentar naquela fase. Outro ponto salientado é que a economia nordestina estava crescendo a um ritmo inferior ao do Centro-Sul, com o que, mantidas as condições prevalecentes, aquelas disparidades tenderiam a aumentar (CABRAL, 2011; VIDAL, 2001).

Outro ponto destacado, que vinha acentuando essa diferença, fora a política macroeconômica. De acordo com o documento, o Nordeste apresentava maiores problemas em termos de recursos naturais e distribuição de renda (poucas terras aráveis, irregularidade na precipitação pluviométrica, excessiva concentração de renda na economia açucareira e a predominância do setor de subsistência na região semiárida). Ao lado disso, a política de industrialização com protecionismo cambial e tarifário havia contribuído significativamente

para que se intensificassem aquelas diferenças. Essa política de industrialização seria caracterizada pelos maciços subsídios aos investimentos industriais (decorrente do controle de importações), favorecendo amplamente o Centro-Sul e inibindo o desenvolvimento do Nordeste.

Uma questão de grande importância no relatório do GTDN refere-se às relações econômicas do Nordeste com o Centro-Sul. Segundo o documento, "caracterizam-se por um duplo fluxo de renda, operando o setor privado como instrumento de transferência contra o Nordeste e o setor público (o Governo Federal) em sentido inverso" (CABRAL, 2011). Esses fluxos, se bem que de natureza bastante diverso, vinham-se recompensando. A principal diferença residia em que as transferências por parte do Governo Federal destinavam-se, basicamente, a obras assistenciais, e avolumavam-se nos anos secos. Tais recursos têm efeito multiplicador muito reduzido. O setor privado, por sua vez, transferia recursos do Nordeste, principalmente nos anos em que não havia estiagem. Eram recursos que saíam da região em busca de melhores oportunidades de investimento oferecidas pelo Centro-Sul e maiores lucros. São de caráter reprodutivo, e têm um efeito multiplicador na área onde são investidos.

O GTDN destaca, ainda, que as transferências realizadas pelo Governo Federal na região compunham uma soma de recursos muito superior ao que arrecadava. Essas, por sua vez, compensavam formalmente a saída de capitais pelo setor privado. Porém, como dito anteriormente, as transferências do Governo Federal tinham o caráter de gastos assistenciais, ao passo que os recursos transferidos pelo setor privado eram capitais em busca de melhores oportunidades de aplicação e, se investidos na região, criariam oportunidades de empregos permanentes para a população (CARVALHO, 2006).

Com relação ao sistema tributário, o documento ressalta que este vinha tendo um caráter regressivo, e que a carga tributária do Nordeste era, dentro do conjunto da federação, maior do que seria de se esperar, dado o seu nível de renda. Segundo o próprio documento, a referida carga havia-se mantido estável tanto no Nordeste como no Centro-Sul. Na realidade, a regressividade devia-se principalmente ao fato de a renda do Centro-Sul haver crescido com intensidade maior do que a do Nordeste (CARVALHO, 2006; VIDAL, 2001).

O GTDN ressalta ainda que o desenvolvimento do Nordeste vinha recebendo seu impulso básico do setor exportador: os produtos primários (algodão e açúcar) sempre estiveram sujeitos às variações do mercado internacional e ao declínio secular de preços. Ademais, no período mais recente, mais precisamente até 1953, as exportações nordestinas para o exterior foram seriamente prejudicadas pela política cambial. As exportações para o

Centro-Sul, por sua vez, cresceram com intensidade maior, apresentando muito mais estabilidade.

Com relação à economia do semiárido do Nordeste, definia-se por um complexo econômico: pecuária extensiva, culturas xerófilas (geralmente o algodão mocó) e agricultura de baixo rendimento. As duas primeiras, que dão origem à renda monetária, combinavam-se com uma agricultura de subsistência produtora de gêneros alimentícios. Esse era (e continua sendo) o setor mais afetado pelas secas. Por conseguinte, a classe mais atingida é a trabalhadora, uma vez que sua subsistência fica comprometida, e que sua renda monetária (oriunda do trabalho nas fazendas) é muito baixa para sua sobrevivência. Portanto, "o colapso de uma produção de alimentos, organizada como agricultura de subsistência, assume, necessariamente, dimensões de calamidade social" (SILVA FILHO, 1997).

Assim, as medidas de combate aos efeitos das secas, tanto as de curto prazo (de caráter assistencial), quanto as de longo prazo (construção de redes de açudes), não alteravam essa realidade. Na verdade, contribuía, indiretamente, para fixar na região um excedente demográfico crescente, piorando os dados fundamentais do problema.

Para tirar a região da estagnação em que se encontrava, o GTDN apontava como condição a necessidade de profunda transformação agrária e agrícola, além da industrialização. O desenvolvimento só seria factível mediante a diversificação da produção interna, ou seja, através da industrialização. Como assinala o documento, "Nestas condições, a única forma de incrementar, com segurança, o nível de renda da região seria desenvolver outras atividades, especialmente a industrialização" (CABRAL, 2011). Esta política de industrialização deveria ter três objetivos: dar emprego à massa populacional flutuante, criar uma classe dirigente nova, imbuída do espírito de desenvolvimento, e fixar na região os capitais formados em outras atividades econômicas, que tendem a migrar (CARVALHO, 2001; CARVALHO 2006; VIDAL, 2001).

O plano de industrialização deveria: 1) reorganizar as indústrias tradicionais da região, (que haviam perdido as condições de competitividade em relação às similares instaladas na região Sudeste) a fim de reconquistar a posição que antes detinham em face do parque do Centro-Sul; 2) modificar a estrutura industrial da região, com a instalação de indústrias de base, criando, assim, um sistema de autopropagação (CARVALHO, 2006; CABRAL, 2011).

Esses fatores favoráveis à criação de um centro industrial dotado de capacidade de auto propagação seriam: a) mercado consumidor de razoáveis dimensões; b) oferta elástica (abundante) de energia elétrica; c) existência de algumas matérias-primas; d) disponibilidade

de mão de obra especializada, porém barata; e) existência de instituições financeiras, como o BNDE(S) e o BNB (bancos oficiais), obrigados legalmente a investir recursos na região (CARVALHO, 2001; CABRAL, 2011).

A estratégia para a intensificação da industrialização partia do pressuposto de que apenas com a instalação de indústrias manufatureiras seria possível absorver grandes massas de mão de obra na faixa litorânea. Como parte dessa estratégia, estava ainda a instalação de um núcleo de indústria siderúrgica na região, a qual, em função de seu caráter germinativo, daria origem à propagação de indústrias de transformação de ferro e aço e mecânicas (VIDAL, 2001; CARVALHO, 2001).

Além dessas indústrias, o GTDN propunha que se fomentassem as indústrias à base de matérias-primas locais, que tinham chances de penetrar no mercado do Centro-Sul. Entre elas destacavam-se a de cimento e a de fertilizantes fosfatados. Segundo o documento, as indústrias à base de matérias-primas locais poderiam ter um grande poder germinativo (CARVALHO, 2001).

Com relação às indústrias tradicionais, o relatório propunha uma recuperação do complexo têxtil-algodoeiro e a ampliação da indústria baseada em minerais locais, como o cimento, os adubos fosfatados, a Magnesita e a Gipsita. Assim, em última instância, propunha-se a substituição inter-regional de importações e o reforço de ramos já existentes na economia regional (CABRAL, 2011; VIDAL, 2001).

Com base em seu diagnóstico, o GTDN (CABRAL, 2011), em seu plano de ação, recomendou a adoção de políticas que promoveriam a transformação do Nordeste. Elas consistiam em:

- a) intensificação dos investimentos industriais para criar no Nordeste um centro manufatureiro autônomo;
- b) garantia, por meio de uma mudança radical na economia agrícola da faixa úmida, de uma oferta adequada de alimentos que viabilizasse o crescimento dos centros urbanos e a industrialização;
- c) transformação progressiva da economia das áreas semiáridas no sentido de elevar sua produtividade e de torná-la mais resistente ao impacto das secas; e
- d) deslocamento da fronteira agrícola, visando incorporar à economia da região as terras úmidas das terras maranhenses, com condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização na faixa semiárida

Para cumprir o que recomendava o GTDN, seria necessário criar uma estrutura administrativa adequada, já que, nessa época, não havia, no Nordeste, nenhum órgão

capacitado para implementar suas diretrizes propostas. Para isso, cria-se, pela Lei nº 3.692 do Congresso Nacional, a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), uma autarquia diretamente ligada à Presidência da República, a qual seria formada por uma Secretaria Executiva, composta pelos técnicos e burocratas, e por um Conselho Deliberativo, que seria o lado político da instituição, ou seja, agregaria, além de alguns Ministros, os nove Governadores da região Nordeste e o de Minas, já que a região Norte desse Estado - no Polígono das Secas - também faria parte da área de atuação da autarquia. Neste sentido, o Nordeste conseguiu, acima de tudo, uma justificativa para que a região fosse palco da instalação de uma instituição capaz de resolver os problemas econômicos por meio da via política:

Nestes termos, o relatório do GTDN se configura muito mais como um documento político-econômico do que como um diagnóstico técnico- econômico, sobre a região-problema. A ênfase dada às desigualdades regionais, tendentes a se agravar pelas políticas econômicas federais, se transforma num poderoso argumento político em favor de se dar prioridade à região; e o Plano de Ação proposto tem como objetivo exatamente o de diminuir essas desigualdades regionais. A intenção que o documento deixa transparecer é exatamente a de formar um novo pólo dinâmico da economia no Nordeste (COHN, 1978, p. 123).

O GTDN preconiza a viabilidade econômica da região Nordeste com vistas a desenvolvê-lo e atuar estrategicamente na superação de seus problemas sociais. E o autor garante que seu maior trunfo seria justamente este “fugir peremptoriamente do discurso pedinte de ações assistencialistas ou paternalistas por parte do Governo Federal” (SILVA FILHO, 1997, p. 441).

2.4 As Desigualdades Regionais na Contemporaneidade

Para iniciar os estudos contemporâneos convém destacar que sob uma abordagem do desenvolvimento regional e admitindo que existam variações no conceito de desenvolvimento, Clemente e Higachi (2000) considera necessárias algumas observações preliminares relevantes sobre o tema.

Conforme os autores a renda per capita é o indicador mais amplamente utilizado para representar o nível de desenvolvimento de uma região ou de um país mas há evidentes deficiências desse procedimento quando não se complementa a análise com outros indicadores. Nessa categoria inclui-se a distribuição de renda, pois, sendo a renda per capita um valor médio, é muito desejável que haja também que se conheça a distribuição propriamente dita. Isto se evidencia quando ele revela: “Para analisar o desenvolvimento de

forma abrangente seria necessário considerar seus vários aspectos, entre os quais cabe destacar o econômico, o social, o político e o cultural”. (CLEMENTE; HIGACHI, 2000, p. 130). A controvérsia conceitual sobre o desenvolvimento seria devida à necessidade de diferenciação entre crescimento e desenvolvimento.

Crescimento econômico [...] refere-se ao crescimento da produção e da renda, enquanto o desenvolvimento, à elevação do nível de vida da população. Primeiro é preciso observar que, em condições normais, a elevação do nível de renda da população só é possível pela elevação do nível de renda da sociedade. [A outra possibilidade seria a distribuição da renda com diminuição absoluta da renda dos estratos mais ricos.] (CLEMENTE; HIGACHI, 2000,130-131).

Segundo Gomes (2011), disparidades regionais acentuadas e duradouras entre indicadores de desempenho, como emprego, renda, produção, incidência de pobreza, entre outros, suscitam insatisfação e causam conflitos. O referido autor sustenta que é por isso que nenhum país grande se isenta de programar, nem que seja apenas no discurso, alguma forma de redistribuição inter-regional de impostos, ou uma política de desenvolvimento regional.

As implicações das desigualdades econômicas faz com que as populações das regiões desfavorecidas, ao tomarem consciência das respectivas deficiências em seu bem-estar, passem a exigir dos governos que programem ações compensatórias, como a política regional e as transferências de recursos fiscais. Tipicamente, a política regional se materializa em investimentos públicos, empréstimos em condições favorecidas ou em subsídios governamentais aos investimentos privados nas regiões de menor desenvolvimento. As duas formas de ação têm custos pagos com dinheiro arrecadado em sua maior parte nas regiões ricas. De maneira análoga, a própria ideia de redistribuição inter-regional de receitas tributárias implica que algumas regiões receberão do governo central recursos financeiros em quantias que superam os montantes ali arrecadados.

Cada uma dessas iniciativas, assim como ambas no seu conjunto, pode se tornar importante fonte de insatisfação. Por um lado, pode gerar uma insatisfação dos mais abastados, não dos destituídos. Contra ela, os estados ricos tendem a exercer pressão sobre o governo central, procurando reduzir o desequilíbrio entre as receitas que o governo arrecada em seus territórios e os montantes que ele ali despense. Num caso extremo, a reação pode chegar a aspirações separatistas.

Também há o fator mobilidade das pessoas. A ausência ou presença de barreiras à mobilidade das pessoas faz das regiões ricas um destino migratório. Em uma conjuntura de crescimento econômico, os migrantes das regiões mais pobres, na sua maioria, de baixa qualificação e acostumados a receber salários muito menores que os prevalentes na região

rica, podem até ter boa receptividade. Porém em caso de recessão, os trabalhadores egressos de outras regiões passarão a ser considerados como uma ameaça e, provavelmente, serão apontados como responsáveis pelo desemprego dos antigos habitantes da região rica.

Porque as tensões regionais são, potencialmente, ameaçadoras da estabilidade política – podendo levar à secessão, os governos são instados a tentar reduzi-las para níveis aceitáveis, através de mecanismos de cooperação e das instituições. E é justamente por apresentarem naturezas diversas que as respostas governamentais também precisam ser diversificadas. Portanto, as políticas de desenvolvimento regional são elevadas a um contexto mais amplo de múltiplas possíveis respostas governamentais às tensões localizadas em pontos específicos do território maior (JEONG, 2011).

Gomes (2011) chama atenção para a possibilidade de conflitos e, conseqüentemente, para tentativas de conciliação. Se existem, de um lado, um Estado com um sistema político-administrativo em funcionamento regular e, de outro, regiões descontentes, existirão estratégias para lidar com essas regiões. As disparidades econômicas são a matéria-prima das políticas de desenvolvimento regional, mas há muitos outros elementos que podem ocasionar o descontentamento dos moradores de uma região e colocá-los na iminência de transformá-la em foco de perturbações duradouras e profundas.

A diversidade, em si mesma, não deveria representar um problema, mas, geralmente as diferenças étnicas, religiosas ou culturais tendem a se associar a desigualdades no acesso aos recursos ou às oportunidades econômicas, suscitando insatisfações, desconfianças, protestos e, até mesmo, guerras. Todas essas tensões geram respostas governamentais – supostamente, concebidas em função do problema específico que as provocou – das quais a política regional constitui apenas um exemplo.

Barros (2011) chama atenção ao fato que, muitas vezes, a questão regional tem sido levantada apenas como uma fonte potencial de geração ou perpetuação de privilégios para setores e grupos sociais específicos. Nesse contexto, a questão regional passa a ser um instrumento social perverso, pois é utilizada como pretexto para gerar políticas que, caso sejam efetivamente executadas, distorcerão os incentivos econômicos de mercado de forma inadequada, ocasionando a maior desigualdade de oportunidades e/ou perda de bem-estar para a sociedade. O referido autor faz um apelo para que a questão regional seja vista por uma ótica progressista, para evitar sua instrumentalização.

Diante do exposto, faz-se necessário distinguir alguns aspectos conceituais para que “diante da possibilidade de tornar o discurso pró-igualdade regional de rendas per capita um absurdo” torna-se imperativo esclarecer que disparidade regional e problema regional são

categorias distintas, e não idênticas, como a princípio pode transparecer. Esses conceitos são relevantes, por exemplo, para a necessidade de se entender qual é a desigualdade de renda que realmente importa e, conseqüentemente, identificar os seus fatores determinantes (BARROS, 2011).

A disparidade, ou desigualdade de renda regional, existe quando a renda per capita média assume valores distintos em diferentes regiões. Vale notar que nesse conceito é possível que a renda per capita numa região seja maior do que na outra, mesmo que o PIB per capita na primeira região seja menor do que na segunda. Havendo apenas duas regiões na economia, isso aconteceria se uma proporção razoável do PIB per capita na segunda região se tornar renda para os residentes da primeira. A propriedade por tais indivíduos de fatores de produção trabalhando na segunda região justificaria tal reversão (BARROS, 2011).

Antes de introduzir o conceito de problema regional, contudo, Barros (2011) discute um conceito que, para ele, estaria bem próximo deste, que seria conceito de ineficiência regional. Essa ineficiência existe quando há pelo menos uma alocação de fatores de produção entre regiões que seja alternativa àquela prevalecente e que faça pelo menos um indivíduo ter maior bem-estar, sem que nenhum outro tenha seu bem-estar reduzido. Ou seja, nesse caso, a distribuição de produção entre as regiões não estaria no Ótimo de Pareto. Seria possível melhorar o bem-estar na economia apenas realocando os fatores de produção entre as regiões.

Para Barros (2011), a noção de problema regional é similar à de ineficiência regional. Apenas seu foco muda de alocação de recursos para os atributos individuais. Para entendê-lo, faz a suposição de dois conjuntos de indivíduos, denominados por A e B, respectivamente. Em ambos os números de membros não são desprezíveis. Cada um desses dois conjuntos é constituído por pessoas que, embora residam em uma região, prefeririam ter o estilo e o padrão de vida das pessoas que têm seus mesmos atributos, mas que vivem em outra região. Isso significa que essas pessoas sentem-se prejudicadas por viverem em determinada região, pois, deixadas livremente, prefeririam viver na outra região. Obviamente, se não tivessem de se submeter a todos os custos de um processo de migração.

O que se infere desses conceitos é que existe um problema regional quando um desses dois conjuntos, A e B, é proporcionalmente maior do que o outro, sendo essa proporção obtida em relação à população total da região em que o conjunto específico se encontra. Ou seja, ele existe quando um número não desprezível de pessoas tem seu bem-estar prejudicado por residirem em determinada região e, em cada uma dessas regiões, esses conjuntos se mostram desproporcionais ao tamanho de suas populações.

Esse conceito de problema regional é mais complexo do que o de ineficiência regional, pois permite que haja diferenças na renda per capita, desde que elas sejam suficientemente pequenas para não superarem os benefícios decorrentes de preferências associadas a amenidades locais. Muitas vezes, os indivíduos preferem permanecer em determinado ambiente, por conta de relações pessoais e familiares, preferências culturais e climáticas ou outra amenidade qualquer. Assim, de acordo com esse conceito de problema regional, tais preferências também são consideradas.

Diante de tais distinções, torna-se óbvio que somente quando se observa um problema regional, deve haver políticas para reduzi-lo, pois o simples fato de haver disparidade regional ou mesmo ineficiência regional não significa que se devam investir recursos para eliminar tais diferenças. Esse procedimento não faria com que, necessariamente, as pessoas ficassem mais felizes.

No caso de ser efetivamente detectada a existência de um problema regional, não deve haver preocupação apenas com as desigualdades de oportunidades que a questão regional gera, mas, também, com a correção de um passivo de desigualdades já existentes, pois também se verifica um prejuízo para o bem-estar dos indivíduos que já se encontram em estado avançado de vida e cuja desigualdade de oportunidades já não mais serviria como remédio. Nesse caso, seriam milhões de brasileiros que já teriam tido a vida marcada por um contexto socioeconômico que não lhes assegurou as oportunidades merecidas como cidadãos. Gomes (2011) afirma que as políticas para esses dois problemas podem ser bem diferentes.

Após ser detectada a existência de problema regional, Gomes (2011) apresenta sinteticamente esses conjuntos de ações e a forma como eles têm sido realizados no mundo contemporâneo. São seis os procedimentos mais comumente adotados pelos países para administrar os seus problemas regionais:

- a) concessão de autonomia parcial a uma ou várias de suas regiões;
- b) transferências intergovernamentais regionalmente diferenciadas de recursos tributários;
- c) políticas de desenvolvimento regional;
- d) convite à mediação ou à arbitragem estrangeira;
- e) concordância com a secessão da região descontente;
- f) supressão pela violência das demandas.

O primeiro ponto seria a concessão de autonomia para regiões específicas, que pode ser considerada um caso particular de descentralização. É um processo em que há

transferência parcial de poder do governo nacional, ou central, para níveis inferiores de administração, sendo que esse poder se expressa por meio dos atributos de autoridade, responsabilidades e recursos. Quando o governo central detém a totalidade ou a maior parte destes, o Estado é centralizado. Porém, se parcela substancial da autoridade, responsabilidades e recursos estão nas mãos dos governos subnacionais, está-se diante de um Estado descentralizado.

Com relação ao caso brasileiro, Gomes (2011) diz que o país registra raros casos de conflitos graves territorialmente localizados. Por essa razão, entre outras, não existem no país regiões autônomas. Mas há um caso mais próximo deste molde que, no caso, seriam as reservas indígenas, apesar de terem significação política e econômica limitada. O grau de autonomia garantido às comunidades indígenas, no Brasil, é elevado, estando garantido constitucionalmente.

No tocante às transferências fiscais intergovernamentais, Gomes (2011) afirma que todos os países de grande dimensão, especialmente aqueles com regimes federativos, adotam a prática de transferir recursos fiscais entre níveis de governo. Como cada um destes (União, estados e municípios, por exemplo) tem jurisdição sobre um território específico. Assim, as transferências intergovernamentais de recursos financeiros são, simultaneamente, transferências inter-regionais. Deste modo, os recursos movimentados por tal fonte podem ser usados como elementos de uma estratégia de governo para lidar com desequilíbrios entre regiões e com a possível insatisfação de algumas delas.

A importância especial do federalismo, no presente contexto, decorre de sua íntima associação com as práticas de transferência de recursos entre entes governamentais. Como já antecipado, as transferências intergovernamentais têm claros pontos de contato com as estratégias para as regiões, em particular, com a política de desenvolvimento regional. A diferença é que, no mais das vezes, as transferências procuram reduzir o desequilíbrio entre as capacidades financeiras dos vários níveis de governo para prestar os serviços sociais básicos às suas populações, enquanto a política de desenvolvimento regional se preocupa em promover economicamente as áreas mais atrasadas de um determinado país ou estado. Quando, entretanto, ocorre que as transferências fiscais entre níveis de governo são, também, o canal financeiro de suporte para as ações de política regional, fica difícil distinguir entre as duas.

Por fim, existem as políticas de desenvolvimento regional que,

[...] são conjuntos de ações de fomento à atividade econômica por meio das quais os governos procuram compensar desvantagens relativas e duradouras em qualidade de vida das populações residentes em algumas partes do seu território. Trata-se, portanto, de conjuntos de ações com endereço, ou seja, cujos instrumentos só podem ser ativados em determinada área geográfica (GOMES, 2011, p. 58).

Em alguns poucos casos, as “políticas com endereço” podem assumir um aspecto anticompensatório, como nos casos em que, deliberadamente, os governos criam incentivos aos investimentos privados nas regiões já favorecidas. Mas, quando isso acontece, geralmente, há outro componente da política que se aproxima da definição proposta acima. Ou seja, mesmo quando a maior parte do esforço governamental de promoção do desenvolvimento esteja voltada para maximizar os retornos econômicos das regiões mais desenvolvidas, a regra é que outra parte da política se concentre no estímulo ao crescimento econômico das regiões atrasadas. Nessa conceituação mais ortodoxa, as políticas regionais de desenvolvimento constituem uma das estratégias de “conciliação” – em resposta aos “conflitos” reais ou latentes criados pelas desigualdades duradouras e profundas de condições de vida entre os habitantes das várias regiões de um espaço econômico ou social.

Segundo Guimarães Neto (1997) a economia brasileira caracteriza-se por apresentar os níveis mais altos de desigualdade no contexto internacional. Ele inclui nesta constatação as estruturas produtivas, relações de trabalho, condições de vida e possibilidades de acesso da população aos bens e serviços básicos os mais diferenciados. Isso é válido tanto quando são consideradas as grandes regiões brasileiras tradicionais (inter-região), como quando são consideradas as desigualdades no interior da cada uma dessas regiões (intra-região).

Conforme Barros (2011, p. 1), “o Brasil se caracteriza como um país heterogêneo e de grandes desigualdades espaciais”. Embora não existam diversidades culturais, religiosas ou linguísticas que impliquem em clivagens políticas, é um país que se enquadra em um sistema federativo marcado pelas disparidades econômicas entre as suas regiões, coexistindo dentro do território nacional dois blocos com características peculiares. De um lado há o bloco formado pelas regiões Sudeste e Sul, que são economicamente mais desenvolvidas e; no lado oposto, há o bloco composto pelas regiões Norte e Nordeste que, historicamente, apresentaram grandes deficiências econômicas, ficando a região Centro-Oeste numa posição intermediária. (GOMES, 2011).

Dentre as regiões classificadas como deficitárias, o Nordeste, tem um agravante das secas, que fizeram com que a mesma se projetasse neste cenário federativo como dependente de repasses financeiros federais para conter os efeitos perversos das estiagens. A

região destoa do Sudeste, do Sul e mesmo do Norte e Centro-Oeste por apresentar grandes níveis de desigualdade de renda, como denunciado historicamente por diversos intelectuais dentre eles, Celso Furtado. Algumas medidas governamentais foram utilizadas ao longo do tempo para reverter esse quadro e a revisão da evolução das políticas regionais implantadas pelo Governo Federal indica que tais políticas têm expressado, historicamente, a preocupação em reduzir as desigualdades entre as regiões brasileiras.

Os trabalhos do GTDN foram então de suma importância para detectar onde residiam os problemas relativos à região Nordeste e serviram como antecedentes institucionais da criação da SUDENE. Diante das propostas originárias do GTDN era preciso dotar o Estado de um aparato institucional sólido, capaz de aglutinar os esforços para que tal projeto pudesse ser efetivado. Em 1958, frente a uma grande seca, foi criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (CODENO) sendo Celso Furtado nomeado Conselheiro. Foi enviado ao Congresso Nacional, concomitantemente, o Plano de criação da SUDENE que seria aprovado em dezembro de 1959.

Este capítulo teve a preocupação em traçar embasamento teórico deste trabalho identificando aspectos de desenvolvimento e tratando de toda a questão regional nordestina. Para isso, mencionou os estudiosos mais importantes elencados pela literatura econômica.

O capítulo seguinte apresenta a região Nordeste em seus aspectos demográficos, sociais e econômicos. O que se espera com isso é que se conheça de forma concisa a atual situação da região no período analisado para verificar a atuação e a progressão dos indicadores observados para saber o que mudou. Tanto comparando o Nordeste com o resto do país, como traçando um comparativo entre ele mesmo, ou seja, comparando os indicadores individuais de cada estado da região.

3 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO NORDESTE

Este capítulo tem o objetivo de apresentar os indicadores econômicos e sociais da região Nordeste do Brasil, na sua totalidade e, especificamente, dos nove estados que o compõem. Ao analisar cada estado, a intenção é fazer um comparativo dos diversos indicadores analisados no espaço intrarregional. Deste modo, cumpre-se a tarefa de disponibilizar informações que possibilitem a compreensão dos estados no que se refere aos indicadores econômicos e sociais.

Diversos estudos sobre a região Nordeste têm mencionado que nos últimos anos a região experimentou um significativo incremento na produção de riquezas, impulsionado por investimentos públicos e privados, bem como por programas de transferência de renda. Esses investimentos têm contribuído para impulsionar o consumo e melhorar o poder aquisitivo principalmente das classes menos favorecidas. No campo social, no entanto, estudos enfatizam que o Nordeste padece de sérios problemas apresentando indicadores abaixo da média nacional (SILVA, 2009).

De fato, os estudos que retratam a região Nordeste parecem demonstrar duas realidades distintas, um Nordeste em que predomina um crescimento econômico articulado com as demais regiões e o comércio exterior; e um Nordeste que convive com problemas comparáveis aos países mais pobres do mundo. O diagnóstico aqui proposto parte da hipótese de que houve avanços em algumas áreas, mas problemas persistem, conforme será revelado pelos próprios dados.

Isso significa que, na dinâmica da economia nacional, a Região Nordeste não está necessariamente condenada a desempenhar um papel secundário. De fato, as transformações históricas e recentes que a economia regional atravessou confirmam o elevado grau de produtividade dos investimentos implantados. Se os mesmos não implicaram uma mudança drástica nas condições gerais da economia nem na qualidade de vida da sociedade nordestina, isso deve ser explicado antes pelas próprias carências que persistiram ao longo do tempo, demandando um horizonte de tempo mais amplo para que o processo de equiparação dos indicadores locais com os indicadores do Centro-Sul brasileiro possa ser alcançado.

Nas quatro últimas décadas, vem se consolidando no Nordeste um processo de urbanização de rapidez e intensidade significativas. No entanto, os processos de crescimento econômico e de desenvolvimento social dessa mesma região têm sido profundamente heterogêneos e descontínuos entre as áreas que atingem. Dessa heterogeneidade e

descontinuidade tem surgido o delineamento de novas (micro) regiões - novos centros dinâmicos – que passam a ser destino preferencial dos fluxos migratórios. Por resultante, caracteriza-se um novo espaço regional, onde se distinguem os eixos diferenciados, marcados por aglomerações e centros com dimensões e perfis urbanos os mais variados, além de novas tendências no desenho da rede de cidades (GALVÃO JUNIOR, 2008). Portanto se faz necessária a apresentação da região objeto deste trabalho no tocante aos seus aspectos socioeconômicos atuais.

3.1 Características Demográficas

A região Nordeste do Brasil é composta de nove estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Tem uma extensão territorial de 1.554.257Km² e de acordo com o Censo Demográfico de 2010, população de 53.081.950 milhões de habitantes, o que lhe confere uma densidade demográfica de 34,1 habitantes por quilômetro quadrado. A região litorânea concentra a maior parte da população, sendo que em todos os estados nordestinos as respectivas capitais concentram parcela expressiva da população estadual.

Quando comparados os dados do censo realizado em 2010 com o censo anterior, verifica-se que ocorreu um acréscimo de 5.340.239 milhões de habitantes. Pode-se observar também na Tabela 1 a estimativa populacional para o ano de 2015.

Tabela 1 - População da região Nordeste por estados.

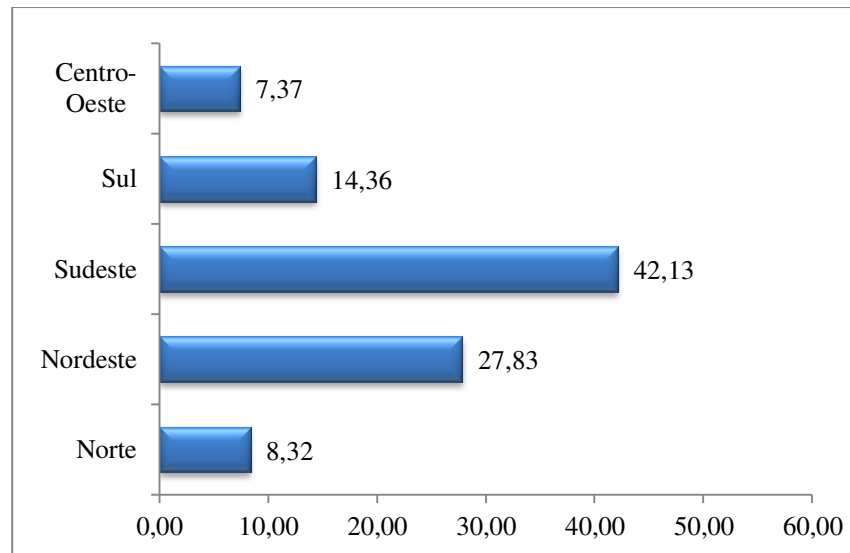
UF	2000	2010	Varição (%)	Estimada 2015
Alagoas	2.822.621	3.120.494	10,55	3.340.932
Bahia	13.070.250	14.016.906	7,24	15.203.934
Ceará	7.430.661	8.452.381	13,75	8.904.459
Maranhão	5.651.475	6.574.789	16,34	6.904.241
Paraíba	3.443.825	3.766.528	9,37	3.972.202
Pernambuco	7.918.344	8.796.448	11,09	9.345.173
Piauí	2.843.278	3.118.360	9,67	3.204.028
Rio Grande do Norte	2.776.782	3.168.027	14,09	3.442.175
Sergipe	1.784.475	2.068.017	15,89	2.242.937
TOTAL	47.741.711	53.081.950	11,09	56.560.081

Fonte: IBGE (2015).

Existem estados com significativas parcelas da população brasileira, como é o caso do estado da Bahia, e outros estados com parcelas que não são tão significativas, como é o caso do estado de Sergipe. No entanto, trata-se aqui de uma condição que decorre exatamente da própria dimensão territorial dos mencionados estados. Bahia e Sergipe representam o maior estado e o menor estado da região Nordeste, quando considerados através da sua dimensão territorial.

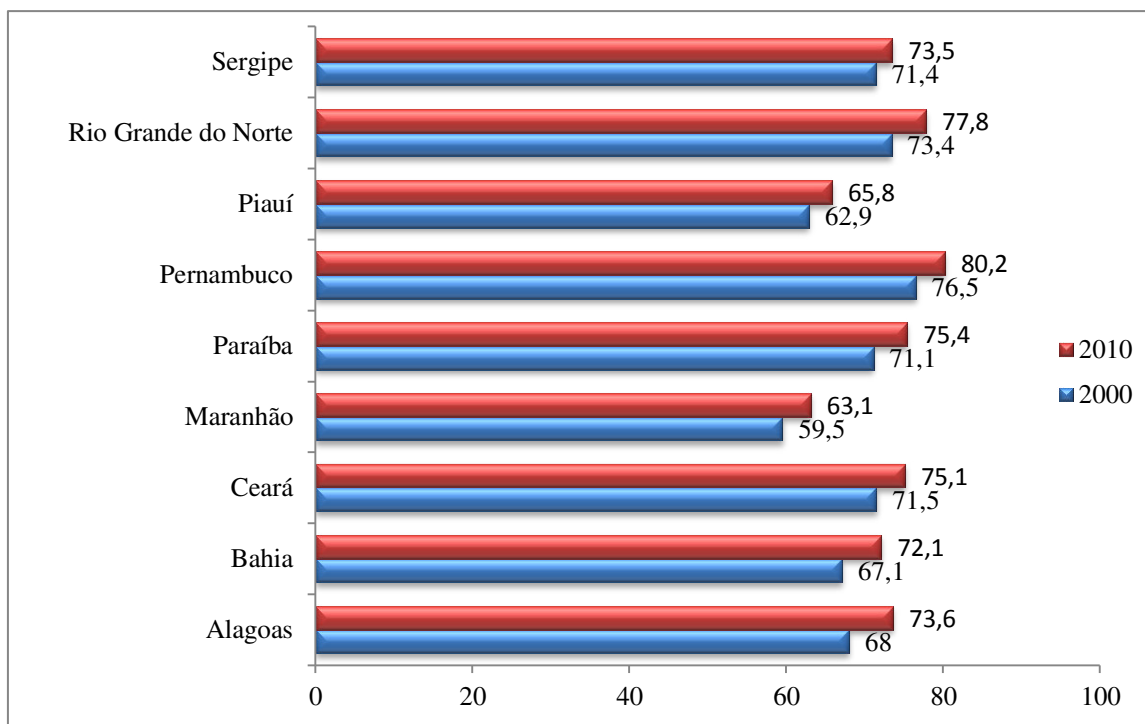
Conforme os dados do Censo Demográfico de 2010, a região Nordeste é a segunda região mais populosa do Brasil, ultrapassada somente pela região Sudeste. A mesma abriga 28% da população do país (Gráfico 1), possuindo o terceiro maior território do Brasil.

Gráfico 1 - Participação percentual das regiões na população total do Brasil (%).



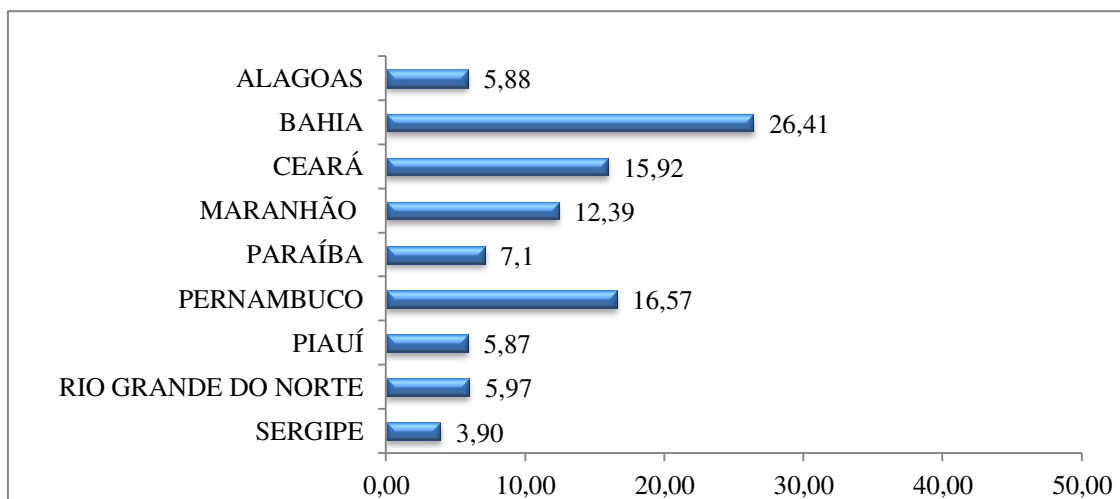
Fonte: IBGE (2015).

Percebe-se ainda que, por exemplo, a população nordestina representa o dobro da população da região Sul, que comporta a terceira posição em termos populacionais, além de ser considerada como uma das regiões mais desenvolvidas do País. A área urbana concentra algo em torno de 73% da população, contra os demais 27% dos seus habitantes que vivem na área rural. Apesar de a região ter um percentual significativo de pessoas vivendo na área rural, verifica-se que, de acordo com a taxa de urbanização (indicador usado para mensurar o percentual de pessoas que vivem na área urbana em relação à população total), a comparação entre os censos de 2010 e 2000 torna evidente um acréscimo na taxa de urbanização, indiscriminadamente, em todos os estados da região. No Gráfico 2 é possível observar mais detalhadamente as taxas de urbanização de cada estado apurada nos anos de 2000 e 2010.

Gráfico 2 - Taxa de Urbanização dos Estados do Nordeste (anos 2000 e 2010).

Fonte: IBGE (2015)

Pelo Gráfico 2 percebe-se que todos os estados apresentaram um acréscimo na taxa de urbanização ao longo do período analisado. Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará são os estados que apresentam maior taxa de urbanização do Nordeste, 80,2%, 77,8% e 71,53% respectivamente. O estado do Maranhão tem o maior percentual de pessoas vivendo na área rural, tendo em vista que tem a menor taxa de urbanização entre os estados. Uma análise intrarregional apresenta a participação de cada estado na composição do quantitativo populacional conformem mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Participação da população estadual na população nordestina (2010%).

Fonte: IBGE (2015)

O estado mais populoso é também o maior em extensão territorial, que é o estado da Bahia, abrigando um pouco mais de ¼ da população residente. Em seguida tem-se Pernambuco, Ceará e Maranhão. Como ficará evidente na seção seguinte, essa mesma ordem se manterá quando tratarmos da participação de cada uma das economias estaduais no PIB da região. Por fim, convém mencionar que os demais estados representam, conjuntamente, cerca de 30% da população regional. Portanto, após tomar conhecimento dos dados mais relevantes sobre a composição demográfica da região Nordeste e traçar um paralelo com o resto do país, a seção a seguir tem o objetivo de mostrar os indicadores sociais e proceder sua análise.

3.2 Indicadores Sociais

Esta seção analisa alguns indicadores sociais da região Nordeste, tais como taxa de mortalidade infantil; taxa de mortalidade bruta; taxas de fecundidade e natalidade; taxa de analfabetismo; e as condições de acesso à infraestrutura de água, esgoto e coleta de lixo.

No ano de 2011, a taxa de mortalidade infantil no Nordeste era de 18 por mil nascidos vivos. Isso significa que para cada mil crianças nascidas vivas, 18 morrem antes de completar um ano de idade. Apesar de ser um número relativamente elevado, é possível observar na Tabela 2 que esse indicador foi reduzido à metade do que representava no ano 2000.

Tabela 2 - Taxa de mortalidade infantil da região Nordeste e estados (2000 a 2011).

UF	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
AL	37,7	36,5	34,4	31,7	29,2	27,8	25,9	23,3	21,6	20,1	18,6	17,0
BA	34,6	34,2	31,0	29,9	29,0	27,5	26,3	24,9	23,6	22,1	21,0	20,1
CE	36,8	32,1	30,4	29,4	26,9	24,2	22,1	21,1	19,1	17,6	16,2	15,2
MA	36,8	32,5	30,2	27,9	27,7	26,5	26,8	25,7	24,3	23,0	21,9	20,0
PB	39,2	36,7	30,9	29,4	27,0	25,3	24,2	22,7	21,5	19,3	18,2	17,5
PE	34,0	30,9	29,2	27,9	26,7	23,4	22,1	20,1	19,4	18,1	17,0	15,6
PI	37,8	35,3	31,5	30,0	28,3	27,3	26,6	24,7	23,5	22,0	20,7	20,8
RN	34,5	31,9	30,4	29,1	27,2	25,3	24,5	22,0	21,3	19,1	17,2	16,9
SE	37,7	35,5	33,8	30,4	28,7	27,2	25,5	22,8	20,3	18,8	18,2	17,6
NE	35,9	33,4	30,8	29,3	27,8	25,9	24,8	23,2	21,8	20,3	19,1	18,0
Brasil	26,1	24,9	23,4	22,5	21,5	20,4	19,6	18,6	17,7	16,8	16,0	15,3

Fonte: DATASUS (2015).

Conforme os dados expostos, Piauí, Bahia e Maranhão são os estados em que a situação é mais preocupante, pois apresentaram taxas acima de 20 óbitos por mil nascidos vivos. Tais estados são detentores, portanto, das maiores taxas de mortalidade infantil da região, superando a média do Nordeste, que, conforme mencionado anteriormente era de 18 por mil nascidos vivos. Além disso, e talvez por isso, são estes os estados em que também a referida taxa menos decresceu no período de 2000 a 2011. Em 2011 Ceará e Pernambuco apresentaram as menores taxas de mortalidade infantil do Nordeste, 15,2 e 15,6, respectivamente, próximas a taxa nacional de 15,3. Alagoas e Paraíba tiveram as maiores reduções no mesmo indicador ao longo do período exposto.

Por fim, torna-se oportuno ressaltar que a taxa de mortalidade infantil vem decrescendo ao longo dos anos, para todos os estados do Nordeste, a despeito do referido indicador ainda se encontrar em um nível bastante elevado, excedendo consideravelmente a taxa nacional, que atingia uma injustificável quantia de 15,3 óbitos por mil nascidos vivos no ano de 2011.

A redução da taxa de mortalidade infantil reflete melhoria nas condições de saúde e possivelmente está relacionada às condições de acesso aos serviços de saúde voltados para este fim, por exemplo, assistência e orientação para as grávidas, programas de aleitamento materno, campanhas de vacinação, assistência hospitalar aos recém-nascidos e combate à desnutrição, como também à existência de incentivos como prêmios concedidos aos municípios que reduzirem as taxas de mortalidade infantil. Não obstante a mortalidade infantil ter sido reduzida nos últimos anos, algo que chama a atenção é o rendimento familiar das famílias com filhos até 16 anos, pois, segundo a o IBGE (2015), em 2011, algo como 57,9% das famílias residentes no Nordeste, e com filhos até 16 anos de idade, tinham rendimento familiar per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Nesse sentido, é grande a probabilidade de que as crianças que conseguem vencer o problema da mortalidade infantil estejam enfrentando, posteriormente, uma situação de vulnerabilidade.

Ao analisar os índices de mortalidade bruta, que demonstra o número total de óbitos por mil habitantes, é possível observar que a taxa de mortalidade infantil da região apresenta valores muito elevados quando se faz a comparação entre mesmas (Tabela 3).

Tabela 3 - Taxa bruta de mortalidade da região Nordeste e estados (2000 a 2011).

UF	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
AL	6,0	6,1	6,0	6,0	5,9	5,9	5,9	5,9	6,0	6,0	6,2	6,2
BA	5,9	5,9	5,8	5,9	5,8	5,8	5,8	5,9	5,9	6,0	6,2	6,1
CE	5,8	5,8	6,0	6,0	6,0	5,9	5,8	5,9	5,9	5,9	6,0	5,9
MA	5,4	5,2	5,3	5,3	5,3	5,2	5,2	5,2	5,3	5,3	5,2	5,1
PB	6,4	6,5	6,5	6,6	6,5	6,5	6,5	6,6	6,8	6,8	6,9	6,9
PE	7,2	7,1	7,0	7,0	6,9	6,8	6,7	6,7	6,8	6,7	6,7	6,6
PI	5,3	5,4	5,5	5,5	5,6	5,6	5,7	5,7	5,7	5,8	5,8	5,9
RN	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	5,9	5,9	5,9	6,0	6,0	6,0	6,0
SE	6,1	6,0	5,9	5,8	5,6	5,5	5,5	5,5	5,7	5,8	5,8	5,8
NE	6,0	6,0	6,0	6,1	6,0	6,0	6,0	5,9	6,0	6,0	6,1	6,1
Brasil	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,2	6,3	6,3

Fonte: IBGE (2015); DATASUS (2015)

No ano de 2011, a taxa de mortalidade infantil no Nordeste era três vezes maior do que a taxa de bruta de mortalidade. Na tabela abaixo é possível verificar que a média do Nordeste equipara-se à média nacional de seis óbitos a cada mil habitantes. Os estados não apresentam muita divergência em relação à média regional, chamando atenção os casos da Paraíba (6,9), que é a maior taxa; e do Maranhão (5,1), que é a menor. Com relação a taxa de natalidade, indicador que informa o número de nascidos vivos a cada mil habitantes, observa-se que é elevado na região Nordeste, se comparada ao restante do País. Em 2011 a taxa nordestina era de 16,91 nascidos vivos por mil habitantes, enquanto a taxa de natalidade no Brasil como um todo era de 15,63. Nota-se que, considerando o período de 2000 a 2011 ocorreu uma queda na taxa de natalidade nos estados do Nordeste, embora a mesma ainda tenha se mantido em níveis elevados.

Conforme se observa na Tabela 4, o estado do Rio Grande do Norte teve a menor taxa de natalidade entre os estados do Nordeste, enquanto o Maranhão deteve a maior. Convém destacar que taxas elevadas podem estar associadas a níveis precários de informação, ou mesmo a aspectos culturais da população.

Tabela 4 - Taxa bruta de natalidade da região Nordeste e estados (2000 a 2011).

UF	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
AL	25,8	25,2	24,5	23,4	22,6	21,7	21,2	20,7	20,2	19,6	18,9	18,5
BA	21,3	20,7	20,1	19,6	19,1	18,4	17,9	17,4	16,8	16,4	16,5	16,1
CE	21,8	21,2	20,5	19,8	19,4	18,8	18,2	17,7	17,3	16,8	16,4	16,1
MA	27,2	26,6	25,9	25,3	24,7	24,1	23,6	23,2	22,8	21,9	20,8	20,2
PB	19,8	19,7	19,8	19,4	19,2	18,7	18,3	18,0	17,5	17,3	16,7	16,3
PE	22,1	21,4	20,6	19,8	19,5	19,0	18,6	18,1	17,7	17,3	16,8	16,6
PI	22,9	22,2	21,4	20,6	20,3	20,0	19,6	19,0	18,3	17,7	17,2	16,7
RN	22,0	21,0	20,3	19,7	19,2	18,6	18,0	17,6	17,3	16,9	16,2	15,8
SE	24,3	23,0	22,0	21,0	20,6	20,0	19,7	19,3	19,2	18,6	17,6	17,2
NE	22,6	22,0	21,3	20,7	20,2	19,6	19,2	18,7	18,2	17,7	17,3	16,9
Brasil	20,3	19,5	18,7	18,2	17,9	17,5	17	16,6	16,3	16	15,8	15,6

Fonte: DATASUS (2015); IBGE (2015).

Outro aspecto a ser mencionado é a taxa de fecundidade. No período analisado, na Tabela 5 observa-se que o Nordeste situa-se ligeiramente acima da média nacional embora venha apresentando uma trajetória de declínio na sua média. A redução nas taxas de fecundidade tem sido observada em todos os estados e regiões do Brasil, e além de impactar diretamente na redução do número de membros nas famílias, reflete mudanças estruturais como a maior participação da mulher no mercado de trabalho, nível de instrução mais elevado, acesso a informação e crescente urbanização das cidades.

Tabela 5 - Taxa de fecundidade nos estados do Nordeste e Brasil (2000 a 2011).

UF	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
AL	2,87	2,81	2,72	2,59	2,5	2,4	2,34	2,28	2,23	2,16	2,09	2,01
BA	2,36	2,29	2,21	2,16	2,11	2,04	1,98	1,93	1,87	1,83	1,84	1,78
CE	2,55	2,47	2,37	2,28	2,22	2,14	2,07	2,01	1,95	1,89	1,84	1,78
MA	3,03	2,95	2,86	2,78	2,7	2,63	2,58	2,52	2,47	2,38	2,25	2,16
PB	2,26	2,25	2,27	2,21	2,19	2,13	2,1	2,06	2,01	1,98	1,91	1,85
PE	2,43	2,35	2,28	2,19	2,16	2,11	2,06	2,02	1,98	1,93	1,88	1,84
PI	2,54	2,46	2,37	2,27	2,24	2,21	2,17	2,1	2,02	1,97	1,91	1,84
RN	2,47	2,36	2,28	2,21	2,16	2,08	2,02	1,97	1,94	1,89	1,82	1,75
SE	2,67	2,54	2,42	2,31	2,26	2,19	2,16	2,11	2,1	2,03	1,92	1,85
NE	2,54	2,46	2,38	2,31	2,25	2,19	2,13	2,08	2,03	1,97	1,92	1,86
Brasil	2,29	2,2	2,12	2,07	2,03	1,99	1,94	1,9	1,86	1,84	1,82	1,78

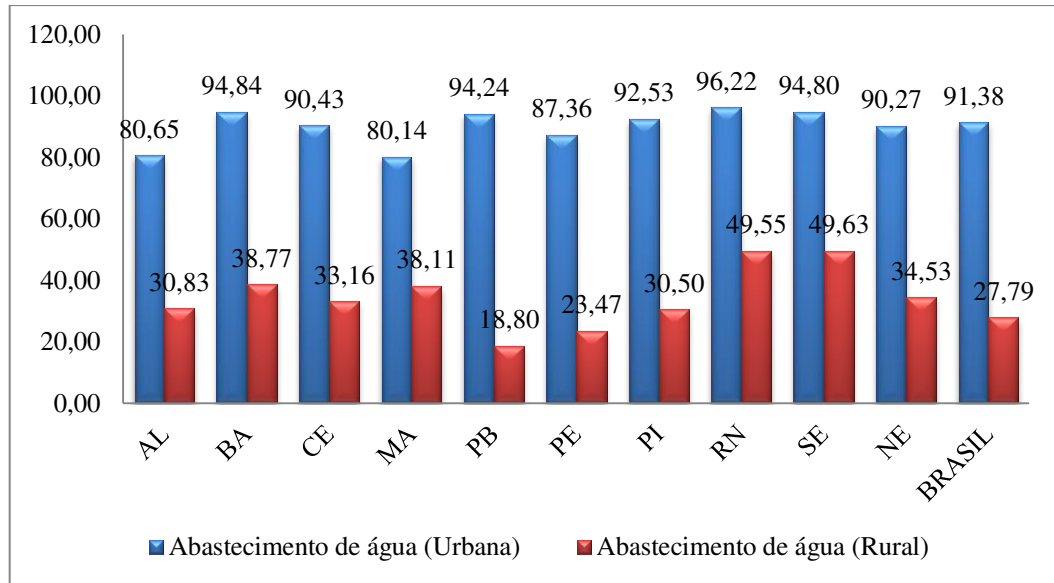
Fonte: DATASUS (2015); IBGE (2015).

O desenvolvimento e a transição demográfica são fenômenos sincrônicos da modernidade que reforçam um ao outro e só acontecem uma vez na história. O avanço das forças produtivas, e a consequente geração de oportunidades para os indivíduos, em geral, contribui para reduzir a fecundidade e a razão de dependência demográfica, criando um ambiente favorável para a redução da pobreza e para a melhoria da qualidade de vida da população (CAVENAGH; ALVES, 2013). A fecundidade mais elevada entre a população pobre, menos escolarizada, com menor nível de consumo e piores condições habitacionais é uma realidade constatada em todas as pesquisas sobre o comportamento reprodutivo no Brasil.

A literatura mostra que, em grande parte, esta maior fecundidade se deve à falta de acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, mas também acontece devido à falta de perspectivas profissionais e educacionais, assim como de um projeto de vida que possibilite o progresso cultural e material das mulheres jovens. A qualidade de vida das famílias depende também de acesso a serviços públicos fundamentais, como saneamento básico. Como, muitas vezes, a cobertura destes serviços está longe de ser universal, a falta de acesso aos mesmos, além de comprometer o bem-estar da população, pode atuar tanto como causa quanto como consequência da pobreza.

Os Gráficos 4, 5 e 6 apresentam, respectivamente, a taxa percentual para os estados nordestinos de três desses serviços divididos entre área urbana e área rural: acesso à água (isto é, ligação do domicílio com rede geral de distribuição); acesso a esgotamento sanitário (domicílios com banheiros ligados diretamente à rede coletora ou fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial); e acesso à coleta de lixo (direta ou indiretamente).

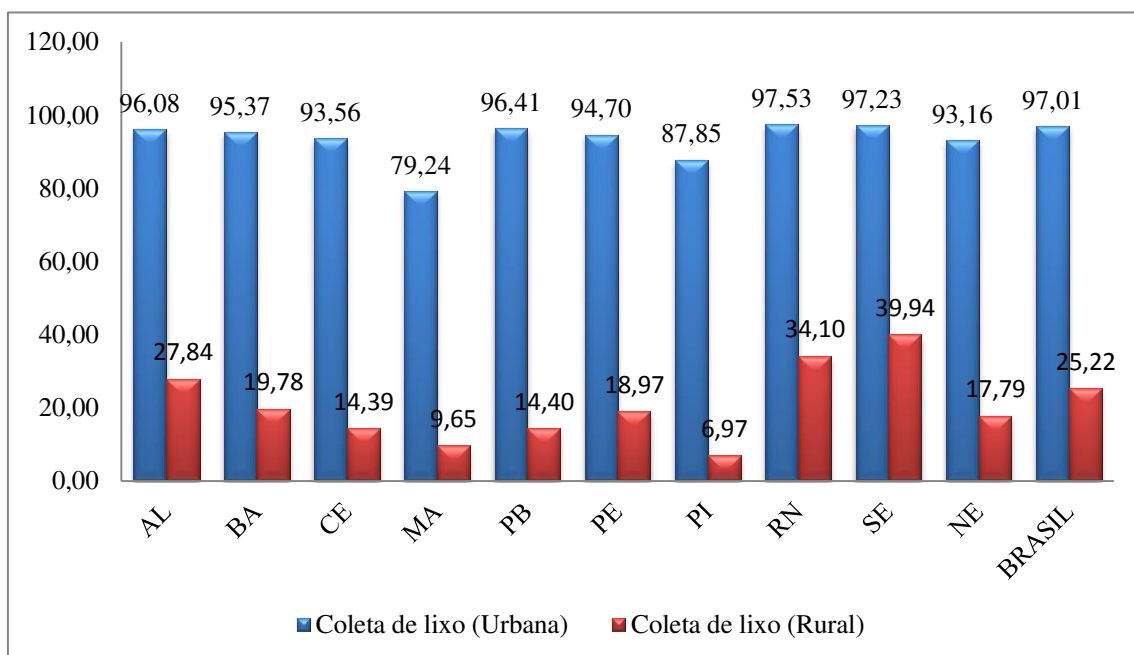
O Gráfico 4 demonstra que na maior parte dos estados do Nordeste, o abastecimento de água para a população localizada na área urbana abarca um percentual maior do que o percentual da própria região e até mesmo do percentual nacional, que é de 91, 38 em 2010.

Gráfico 4 - População servida por rede de abastecimento de água em 2010.

Fonte: DATASUS (2015)

Apenas os estados do Maranhão, Alagoas e Pernambuco ficaram aquém deste patamar. No tocante à população que mora na área rural, a média nordestina é maior que a brasileira. Porém, Paraíba e Pernambuco não acompanham esses números e acenam com menos de 25% da população rural que é servida por rede de abastecimento de água.

No Gráfico 5 observa-se que, com relação à coleta de lixo, o serviço abrange satisfatoriamente a população residente em área urbana, visto que a região e a maioria dos estados apresentam um índice próximo da média nacional, que é de 97,01%.

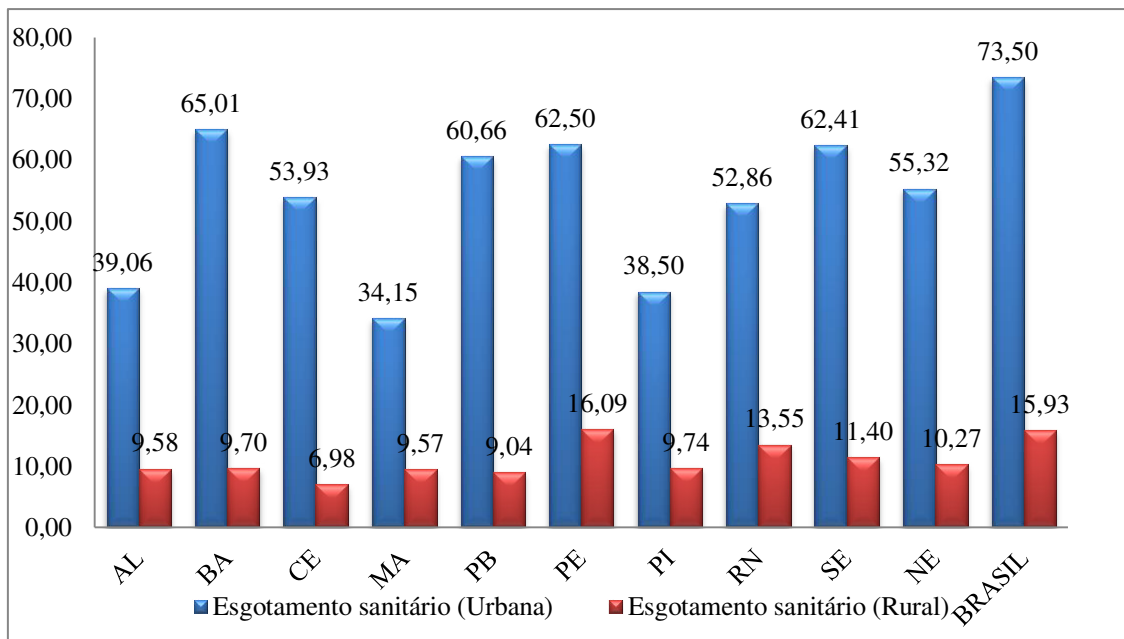
Gráfico 5 - População (urbana e rural) servida por coleta de lixo em 2010.

Fonte: DATASUS (2015)

A exceção fica por conta do Maranhão e do Piauí. O mesmo não se pode dizer quando se olha para os números referentes aos moradores da área rural, tanto se tratando de índices da nação, da região e dos estados separadamente. Novamente Piauí e Maranhão apresentam os piores resultados, em que menos de 10% da população rural é servida de coleta de lixo.

Os números relativos à esgotamento sanitário são praticamente semelhantes aos da coleta de lixo, no tocante à discrepância entre a oferta do serviço à população urbana e à população rural. A população urbana da região apresenta índices inferiores ao do Brasil, ao passo que Bahia, Paraíba, Pernambuco e Sergipe ultrapassem a média do Nordeste. Já a população rural dos estados (com exceção de Pernambuco) apresenta índices de coleta de lixo abaixo da média do país. Cabe dizer que a média nacional para a área rural não é satisfatória, já que apenas 15,93% da população era servida de esgotamento sanitário em 2010, conforme observado no Gráfico 6.

Gráfico 6 - População (urbana e rural) servida por esgotamento sanitário em 2010.



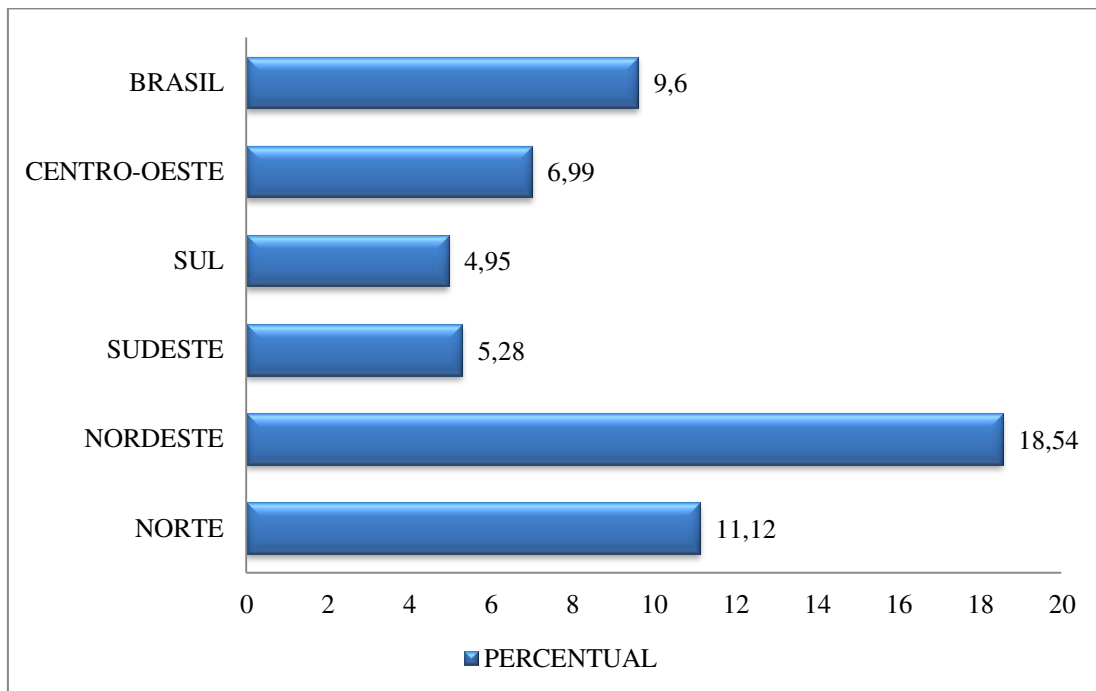
Fonte: DATASUS (2015).

Indicadores educacionais são bastante utilizados para analisar o desenvolvimento socioeconômico de uma região. A educação influencia diretamente nas possibilidades de acesso às oportunidades do meio, à produtividade do trabalho, as melhorias na qualidade de vida, além de ser a base para a formação do indivíduo. O Brasil, apesar de ter reduzido consideravelmente o analfabetismo nas últimas décadas, ainda não conseguiu erradicá-lo. A

ampliação da oferta e das condições de acesso ao ensino possivelmente contribuiu para desacelerar o analfabetismo.

O Gráfico 7 apresenta o percentual de pessoas de 15 anos ou mais que não sabem ler nem escrever um simples bilhete. Os dados estão expostos para o Brasil, para região Nordeste e para os seus estados.

Gráfico 7 - Taxa de analfabetismo (Brasil e regiões) da população de 15 anos ou mais no ano de 2010.



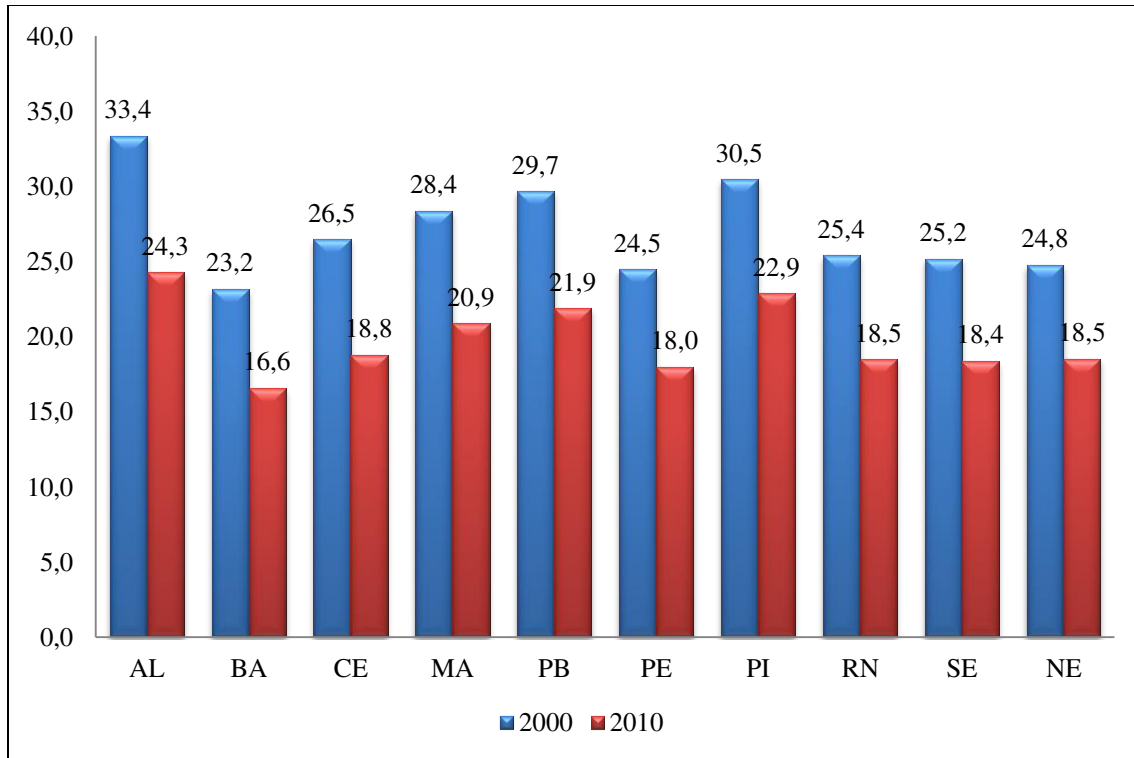
Fonte: IBGE.

Em 2010, o analfabetismo no Brasil atingiu 9,6% da população, sendo a situação do analfabetismo na região Nordeste a mais grave entre as regiões, pois, conforme se verifica no Gráfico 7, o percentual de analfabetos na referida região atinge o dobro da média nacional, correspondendo a 18,54% da população a partir dos 15 anos de idade. A região Norte também apresenta índice acima da média nacional, com 11,12%. No caso das demais regiões, estas apresentam taxa de analfabetismo inferior à taxa média do país.

Ressalta-se que os dados apresentados no Gráfico 8 apontam um decréscimo dessa taxa no Nordeste, que no ano 2000 era de 24,8%. Observando a taxa de analfabetismo por estados, em todos eles, indistintamente, houve uma redução no percentual de analfabetos de 15 anos ou mais, quando comparamos a situação deste indicador em 2010 com a situação do mesmo em 2000. Tomando por base o ano de 2010, os piores índices são observados nos estados de Alagoas (24,3%), Piauí (22,9%), Paraíba (21,9%) e Maranhão (20,9%), que ficam

bem acima da própria média regional. No outro extremo, a Bahia é o estado com a menor taxa de analfabetismo da região Nordeste (16,6%), seguido por Pernambuco (18%).

Gráfico 8 - Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais dos estados e região Nordeste (2000 e 2010).



Fonte: IBGE (2015).

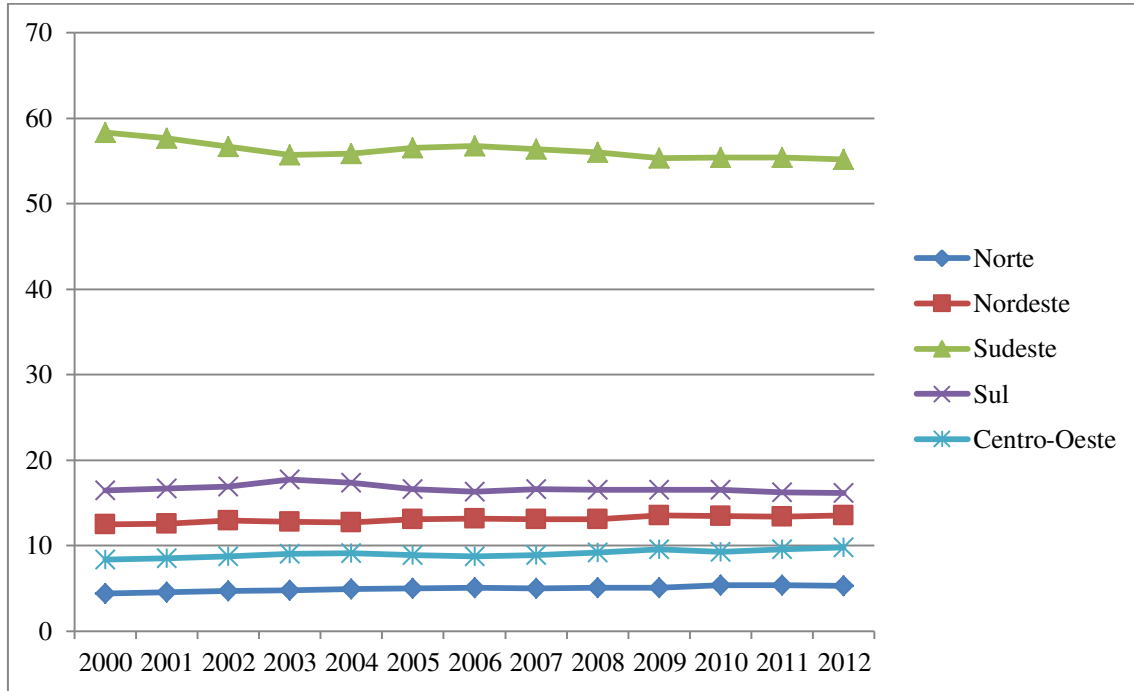
3.3 Indicadores Econômicos

Por representar a soma de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer sejam países, estados ou cidades), durante um período determinado, o PIB é um dos indicadores mais utilizados pelos economistas com o objetivo de avaliar o desempenho da atividade econômica em uma região. Por isso, esta seção apresenta o PIB das regiões brasileiras e a participação percentual de cada uma delas na produção do país como um todo, para que se possa visualizar a importância econômica das mesmas na composição do PIB brasileiro. Em seguida, destaca o PIB da região Nordeste e discrimina a participação de cada estado.

A análise dos setores econômicos permite identificar o perfil da economia do estado no tocante a sua capacidade produtiva, possibilitando evidenciar potencialidades e deficiências existentes a partir de uma abordagem mais detalhada, evidenciando as características produtivas das economias estaduais, a partir do peso dos setores e,

consequentemente, a importância de cada atividade produtiva dentro de cada um destes. O Gráfico 9 mostra a participação em percentual de cada região na totalidade do PIB do país no período de 2000 a 2012.

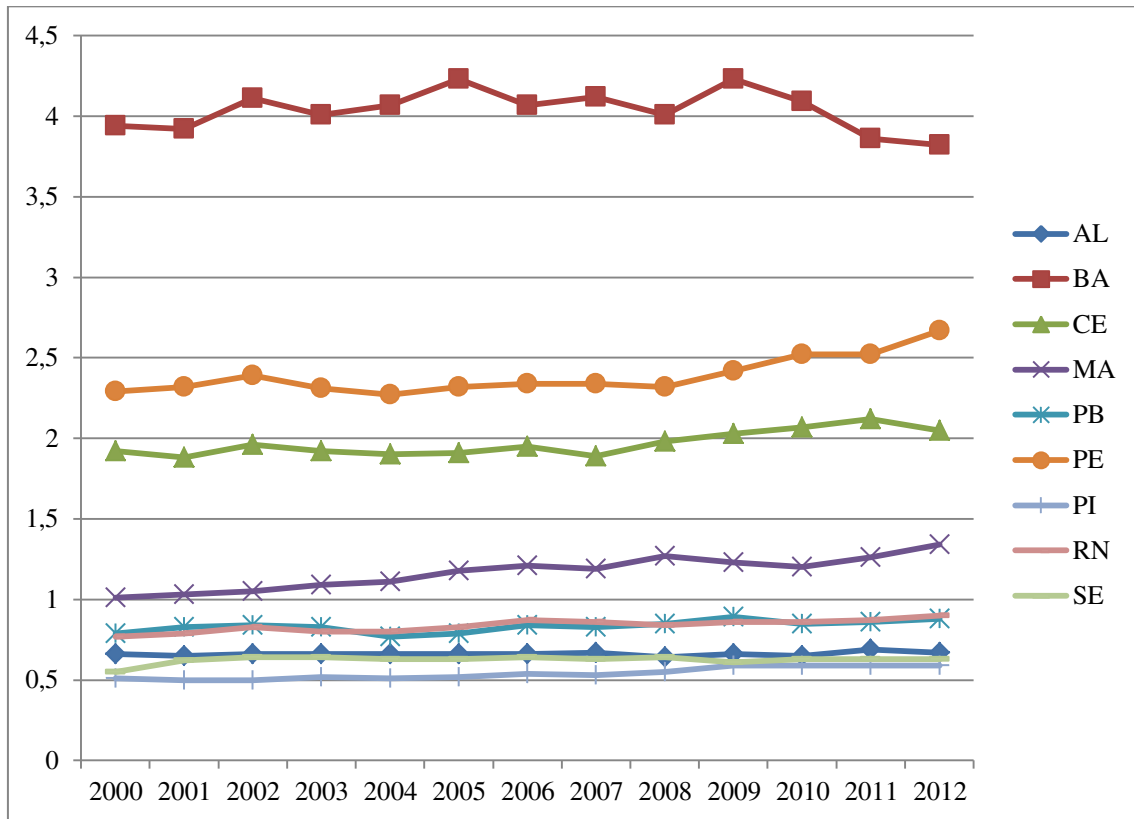
Gráfico 9 - Participação percentual das regiões no PIB.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

O que se observa no Gráfico 9 é que o percentual de participação de cada região mantém-se praticamente constante, com poucas oscilações no espaço temporal selecionado. A região Sudeste é a que lidera com quase 60% de participação no PIB do país. Em seguida vem a região Sul, com participação na faixa de 16 a 17%. O que nos leva a inferir que a região Sudeste e Sul são responsáveis pela produção, em média, de 75% da riqueza do Brasil. As outras três regiões (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) respondem com a participação nos 25% restantes, ficando a cargo da região Nordeste o terceiro lugar. Neste aspecto, a economia nordestina apresenta-se contribuindo com 13,56% do PIB brasileiro em 2012, contra uma participação da ordem de 12,45% no ano 2000. Portanto o Nordeste aumentou em um ponto percentual a sua contribuição ao produto brasileiro ao do período considerado.

Gráfico 10 - PIB percentual por estados da região Nordeste no período de 2000 a 2012.

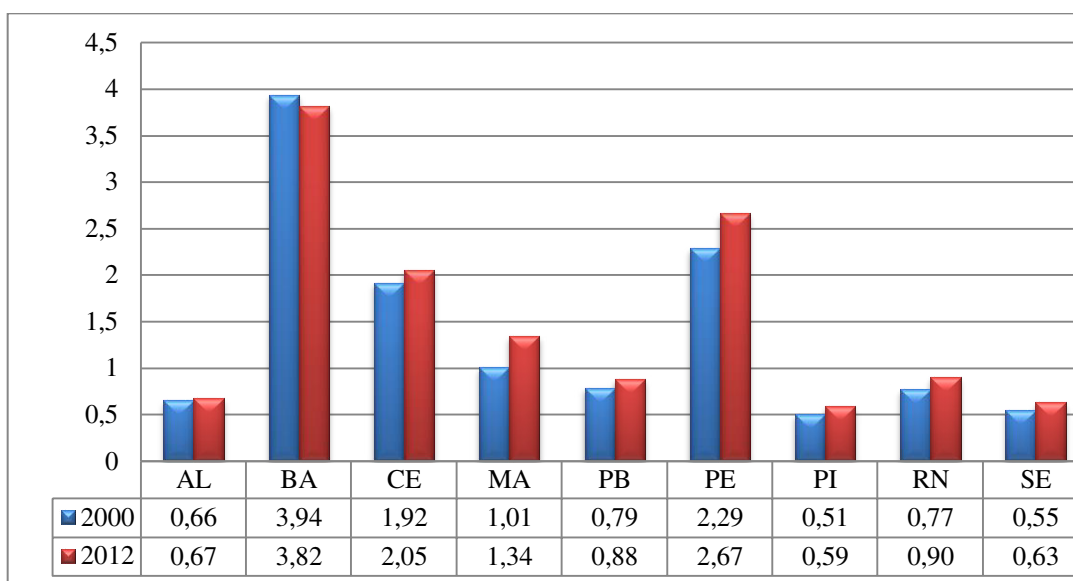


Fonte: IBGE (2015)

O Gráfico 10 apresenta o desempenho percentual do PIB dos estados da região Nordeste na composição do PIB nacional para o período de 2000 até 2012. Nele é possível observar uma discreta curva ascendente que mostra o desempenho positivo na economia de todos os estados que integram a região. Os estados com maior participação no PIB brasileiro são respectivamente Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão. A participação dos demais estados mantém-se em percentuais abaixo de 1% no PIB do país.

O Gráfico 11 a seguir traça um comparativo da participação do PIB nordestino na composição do PIB brasileiro para o primeiro e o último ano da série selecionada para que se possa perceber o comportamento.

Gráfico 11 - Participação percentual por estado do Nordeste no PIB do Brasil nos anos 2000 e 2012 (%).



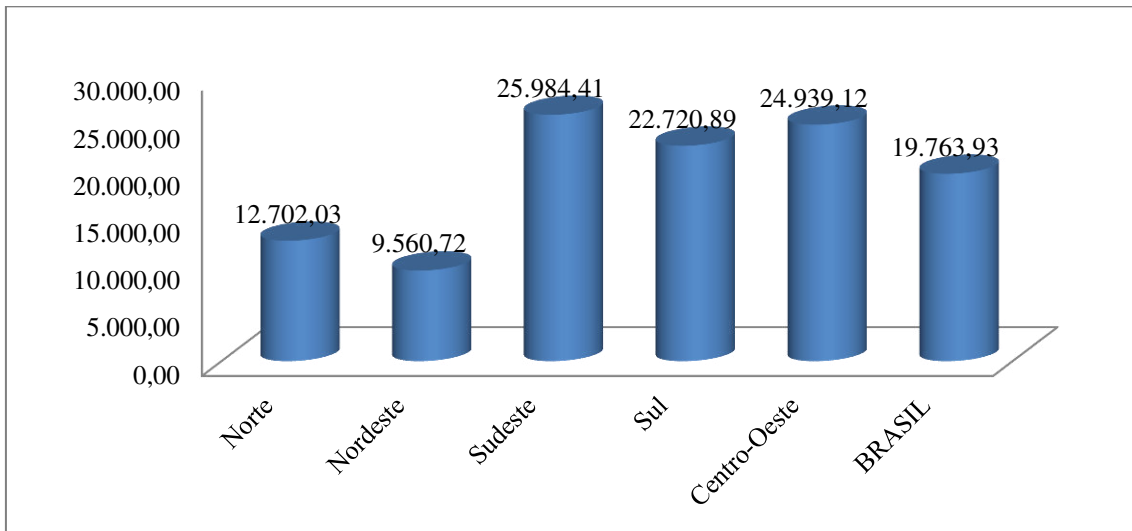
Fonte: IBGE (2015)

A análise que se depreende do Gráfico 11 é que os estados do Nordeste apresentaram aumento na participação do PIB nacional, exceto o estado da Bahia que apresenta um decréscimo no ano de 2012, passando o seu percentual de participação de 3,94% no ano 2000 para 3,82%. Importante frisar que apesar desta queda em 2012, o estado da Bahia é o estado do Nordeste que detém maior participação percentual no PIB do país. Também é possível perceber pela análise conjunta dos Gráficos 10 e 11 que o percentual apresenta uma trajetória sem grandes sobressaltos.

3.3.1 PIB per capita

Esta seção apresentará dados referentes ao PIB per capita por região geográfica e o PIB per capita de cada estado da região Nordeste. Aqui são apresentados os valores a preços correntes do ano de 2010. Como o último censo demográfico foi realizado no ano em comento, achou-se melhor utilizar esta referência para ser mais fidedigno do que se trabalhasse com dados de população estimada para os anos posteriores. O PIB per capita de cada região e o PIB per capita do país pode ser visto no Gráfico 12.

Gráfico 12 - PIB per capita (valores correntes de 2010) por região geográfica e Brasil.

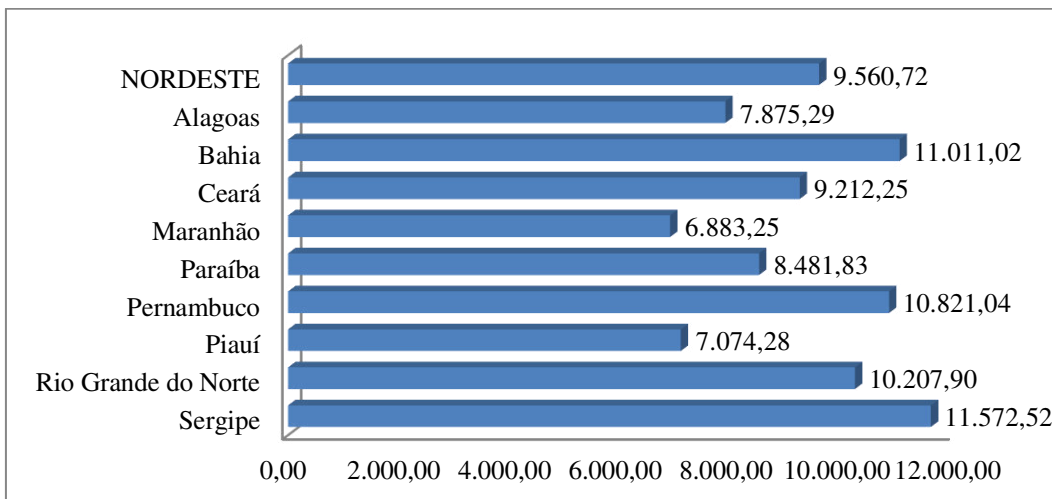


Fonte: IBGE (2015).

Conforme se observa no Gráfico 12, no ano de 2010, as regiões Norte e Nordeste obtiveram PIB per capita muito abaixo da média verificada para o país, tendo a esta região ocupado o último lugar, tendo em vista que o referido indicador atinge o valor de R\$9.560,72, o que representa menos da metade do PIB per capita brasileiro para o período analisado. A regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste ficaram acima da média nacional, sendo que a região Sudeste ficou em primeiro lugar no ranking, apresentando o PIB per capita de R\$25.984,41. Esse valor representa 30% a mais que o PIB per capita do país, que foi de R\$19.763,93.

Quanto ao PIB per capita dos estados do Nordeste durante o ano de 2010, os valores estão disponibilizados no Gráfico 13.

Gráfico 13 - PIB per capita dos estados do Nordeste (2010).

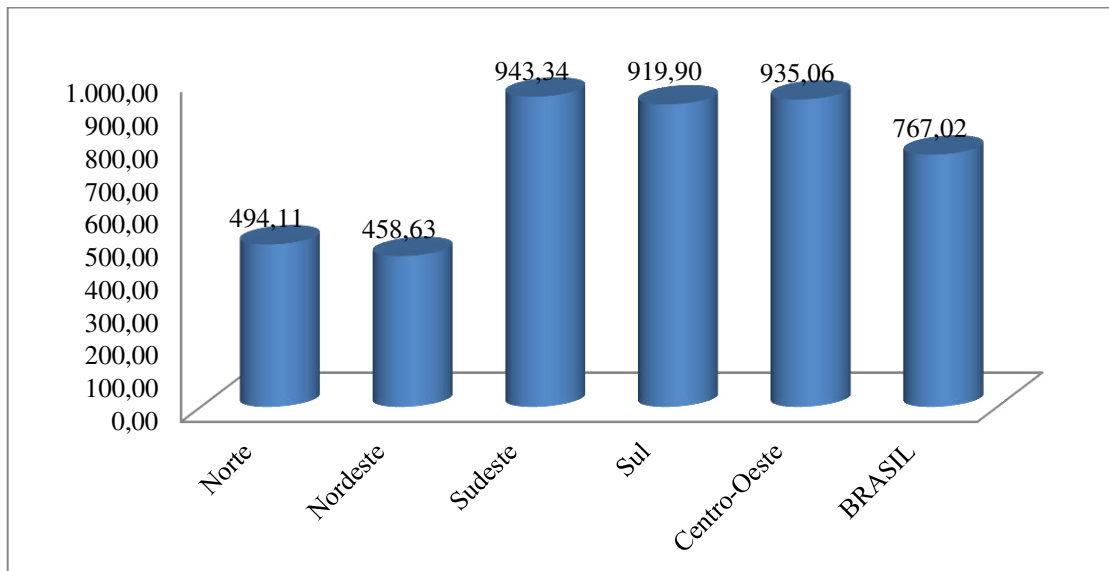


Fonte: IBGE (2015).

O cenário quanto ao PIB per capita não traz grandes distinções entre os nove estados que compõem a região nordestina. O Maranhão está entre os estados cujos dados são mais preocupantes. Em 2009, atingiu a 26ª posição no ranking dos estados com o valor de R\$ 6.259,43 à frente apenas do estado do Piauí que atingiu o valor de R\$ 6.051,00, enquanto que o PIB per capita nordestino foi de R\$ 8.167,75 e do Brasil de R\$ 16.917,66 (IMESC, 2013). Já em 2010 o indicador maranhense passa a ocupar a última posição, atingindo o valor de R\$ 6.883,25, contra R\$ 9.560,72 do Nordeste e 19.763,93 do Brasil.

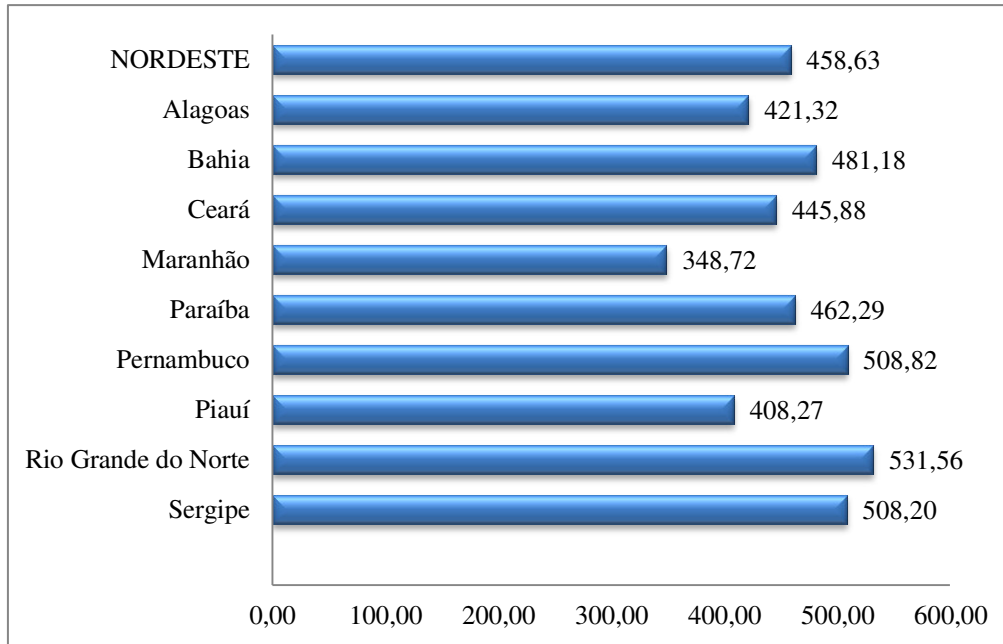
O Gráfico 14 apresenta os dados referentes à renda domiciliar per capita das regiões geográficas no ano de 2010 e a renda domiciliar per capita dos estados do Nordeste. O valor de referência é o salário mínimo do ano, que à época era de R\$510,00. A renda domiciliar per capita média do país correspondia a R\$767,02.

Gráfico 14 - Renda Domiciliar per capita das regiões e Brasil no ano de 2010.



Fonte: IBGE (2015)

A renda domiciliar per capita dos estados do Nordeste é apresentada no Gráfico 15. Na análise deste indicador, observa-se que em 2010 a renda domiciliar por indivíduos correspondeu a R\$ 458,63. O valor é inferior ao do Brasil (R\$767,02) e o menor entre as regiões do país. O Maranhão teve o menor rendimento domiciliar per capita da região em 2010 (R\$348,72) seguido pelo Piauí (R\$ 408,27). Em melhor situação estão Rio Grande do Norte e Pernambuco, com R\$531,56 e R\$ 508,82, respectivamente.

Gráfico 15 - Renda Domiciliar per capita por estado do Nordeste em 2010.

Fonte: IBGE (2015)

Entretanto, a despeito dos indicadores apresentados até aqui atestarem um ambiente desfavorável para o Nordeste, a situação se torna ainda mais preocupante quando se observa o grau de concentração de renda no âmbito da região. O Índice de Gini, apresentado na Tabela 6, mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos, e cujo valor varia de 0 (perfeita igualdade) a 1 (desigualdade máxima).

Tabela 6 - Índice de GINI da renda domiciliar per capita para os estados do Nordeste.

UF	1991	2000	2010
Alagoas	0,6383	0,6868	0,6343
Bahia	0,6740	0,6654	0,6278
Ceará	0,6678	0,6742	0,6193
Maranhão	0,6078	0,6570	0,6291
Paraíba	0,6453	0,6440	0,6139
Pernambuco	0,6606	0,6706	0,6366
Piauí	0,6514	0,6587	0,6193
Rio Grande do Norte	0,6375	0,6555	0,6074
Sergipe	0,6352	0,6561	0,6288
Nordeste	0,6593	0,6682	0,6277
Brasil	0,6383	0,6460	0,6086

Fonte: IBGE (2015)

Conforme a tabela 6, para o Nordeste no ano de 2010 o mesmo correspondeu a 0,6277, tendo reduzido em relação ao início do período analisado, o ano 2000, quando atingia o valor de 0,6593. Mas, embora em tendência de queda, o referido indicador, considerando o ano de 2010, ainda era o mais elevado entre todas as regiões do Brasil, indicando uma forte desigualdade de renda.

Analisando o coeficiente de Gini no plano estadual, de 1991 a 2010, verifica-se que Rio Grande do Norte é o estado com menor desigualdade da região em 2010, com valor correspondente a 0,6074. Os estados da Bahia, Pernambuco e Paraíba foram os estados em que a redução do índice de Gini, durante o período considerado, foi mais acentuada, indicando maior redução na desigualdade. O Maranhão é o único estado da região Nordeste em que a desigualdade aumentou, passando o índice de Gini de 0,6078 em 1991 para 0,6291 em 2010. Entretanto, se compararmos 2010 com o ano 2000, observamos um movimento na direção esperada, ou seja, de queda ao longo do tempo.

Os dados da Tabela 7 apresentam o Valor Agregado Bruto (VAB). Nele observa-se que o VAB do setor serviços é o mais expressivo da região, ocupando algo em torno de 69% da economia regional; seguido pela indústria, com 24,4 de participação; e do setor agropecuário, cuja participação correspondeu a 6,6% do VAB total regional em 2010. E estão disponibilizados os dados que permitem uma análise da configuração da economia nordestina em um enfoque setorial.

Tabela 7 - Nordeste: participação setorial (%) no VAB regional e peso (%) dos setores no VAB nacional em 2010.

Atividade	Distribuição (%) setorial do VAB	Peso (%) no setor nacional
Agropecuária	6,6	17,1
Indústria	24,4	12
Indústria extrativa	1,6	7,4
Indústria de transformação	10,9	9,3
Produção e de distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	4,7	20,1
Construção Civil	7,2	17,5
Serviços	69,0	14,3
Comércio	14,4	15,9
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	4,5	8,3
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	23,2	19,8
Outros serviços	27,0	12,3
TOTAL	100,0	13,8

Fonte: BNB (2015)

Da mesma forma, ainda conforme a Tabela 7, considerando a participação de cada setor regional no setor nacional, o Nordeste contribuiu com 17,1% do VAB agropecuário nacional; em seguida ficaram o setor de serviços 14,3% e outros serviços 13,8. Por fim, teve a participação no VAB da indústria de 12% no total nacional durante o ano de 2010.

A distribuição do VAB pelos setores produtivos, no âmbito estadual, encontra-se explicitada nos dados disponíveis na Tabela 8.

Tabela 8 - Participação no Valor Adicionado Bruto (%) de cada estado em 2010

ATIVIDADE	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
Agropecuária	6,7	7,2	4,2	17,2	4,2	4,5	6,2	4,2	4,6
Indústria	21,2	30,3	23,7	15,7	22,5	22,1	18,5	21,5	28,6
Indústria extrativa	0,9	1,7	0,4	2,4	0,5	0,2	0,4	6,0	5,8
Indústria de transformação	9,3	15,6	11,4	3,3	9,4	10,9	6,3	7,0	7,4
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	4,4	4,6	6,2	2,2	5,2	5,0	4,9	1,4	7,8
Construção civil	6,6	8,4	5,7	7,8	7,5	6,0	6,9	7,1	7,6
Serviços	72,1	62,5	72,1	67,1	73,2	73,4	75,3	74,3	67,7
Comércio	15,9	12,3	16,3	15,5	13,2	14,8	17,1	16,1	10,8
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	4,2	4,4	5,6	2,9	4,0	5,5	3,8	3,8	4,2
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	28,0	17,3	22,7	23,7	33,4	24,0	29,1	28,4	27,5
Outros serviços	24,0	28,5	27,6	25,0	22,7	29,0	25,3	26,1	25,2

Fonte: IBGE (2015)

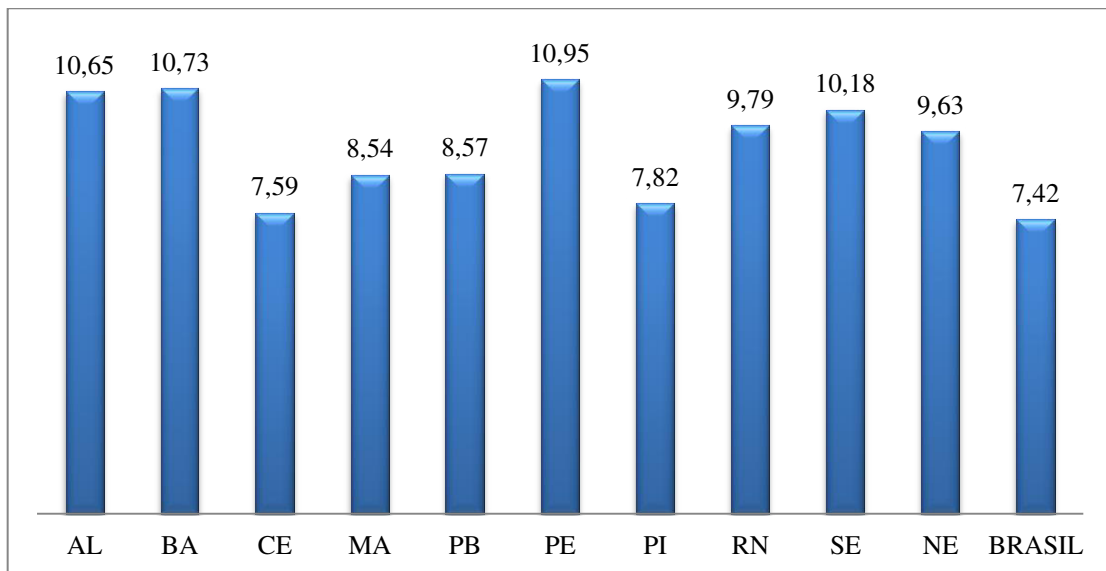
Os estados da Bahia, Maranhão e Pernambuco, juntos, contribuíram com 69,6% do VAB do setor agropecuário da região em 2010. No Maranhão e na Bahia este indicador se torna importante, principalmente, em função da consolidação da área do Cerrado como a grande fronteira agrícola da região. O estado de Alagoas também aparece entre os mais expressivos neste mesmo quesito, em virtude da produção de cana-de-açúcar, que possui forte tradição ao longo da história. Quanto à pecuária, a mesma realizou alguns avanços pontuais na região nos últimos tempos, decorrentes, sobretudo, do melhoramento genético dos rebanhos de ovinocaprinocultura, também tradicional na região nordestina (BANCO DO NORDESTE, 2012).

Ainda conforme o BNB, o desempenho da agropecuária se deveu aos resultados da agricultura, destacando o surgimento de uma agricultura de alta produtividade que envolve maior intensidade de capital, gerando como produção de culturas tradicionais, como é o caso do milho e do algodão produzidos em larga escala nos cerrados baianos, e de culturas recentes

como a soja. Dos 15 municípios que possuem os maiores VABs da Agropecuária, 11 estão concentrados nos estados da Bahia e do Maranhão. Os municípios com maiores valores em 2010 foram São Desidério, no oeste baiano; seguido por Petrolina, no Vale do São Francisco, em Pernambuco; e Barreiras, também no oeste baiano. No estado do Maranhão, têm-se os municípios de São Raimundo das Mangabeiras, Balsas, Açailândia e Tasso Fragoso.

Esta análise da produção regional concorre para que se analise também do mercado de trabalho para melhor compreender a dinâmica da economia nordestina. Para tanto o Gráfico 16 apresenta a situação percentual de desemprego em 2010 no Brasil, na região e nos estados, individualmente.

Gráfico 16: Taxa de desemprego (%) do Brasil, Nordeste e estados no ano de 2010.



Fonte: IBGE (2015)

Percebe-se pelo Gráfico 16 que a taxa de desemprego no Nordeste, para a população de 16 anos ou mais de idade, em 2010, foi de 9,63%, valor superior à taxa de desemprego nacional de 7,42%. Uma análise com foco nos estados permite observar que Pernambuco, Bahia e Alagoas são os estados com o maior percentual de desempregados no período, apresentando respectivamente a taxas de 10,95%, 10,73% e 10,65%. As menores taxas de desemprego ocorreram nos estados do Ceará (7,59%) e Piauí (7,82%).

Convém, entretanto, chamar atenção para o fato de que, na combinação do indicador de desemprego apresentado acima com os dados de renda apresentados anteriormente, observa-se que, embora a taxa de desempregados seja mais expressiva para a região do que para o país, como o rendimento regional é menor, pode-se inferir que os

empregados da região devem estar ocupados em atividades de baixa produtividade, cuja renda é apenas o reflexo.

3.4 Os Polos Dinâmicos

Os polos de dinamismo nas regiões metropolitanas e em áreas distantes das capitais nordestinas, inclusive projetos de convivência com o semiárido, sugerem que existem segmentos produtivos viáveis, economicamente, na região, mas que, no entanto, necessitam de investimentos para se firmar. A maioria dos subespaços de maior dinamismo relativo no Nordeste foi viabilizada com a concessão de incentivos fiscais e financeiros no âmbito da SUDENE e do II PND que tornaram a estrutura econômica mais diversificada (ARAÚJO, 2000).

Grande parte dos projetos bem sucedidos de desenvolvimento nordestino foca exclusivamente a exportação. Para Araújo (2000), a implantação de polos econômicos direcionados ao mercado externo é funcional na medida em que são passíveis de resistência aos efeitos da deficiência na demanda interna. Por exemplo, no estado do Maranhão, há o complexo minerometalúrgico destinado à produção de alumina e alumínio voltados para a exportação. A produção do alumínio primário utiliza a bauxita escoada por meio da Estrada de Ferro Carajás. A companhia Vale também atua no estado com empreendimento voltado, principalmente, para as vendas externas de minério de ferro, instalado no porto de São Luís. No município de Imperatriz, a empresa Suzano concluiu a instalação de fábrica de pasta de celulose, com o mesmo propósito exportador. Tais empreendimentos foram responsáveis pelo crescimento do comércio exterior maranhense desde a década de 1980 e a sustentação do segmento minerometalúrgico.

No cerrado, o desenvolvimento da agricultura de grãos nestas áreas, tendo o complexo da soja avançado no oeste da Bahia e dinamizado a economia de municípios como Barreiras, São Desiderio e Luís Eduardo Magalhães, transformando-os em grandes centros urbanos. Nas últimas décadas, a soja também tem avançado no sul do Piauí (Uruçuí) e do Maranhão (Balsas e região do Baixo Parnaíba). Nessas localidades desenvolveu-se uma série de atividades relacionadas ao moderno setor agrícola da soja, como fertilizantes, máquinas e equipamentos, assistência técnica, dentre outros (BANCO... 2012; LIMA, 2012).

Há a presença de polos de fruticultura irrigada de Petrolina e de Juazeiro no vale do Rio São Francisco e do vale dos rios Açu e Mossoró (RN). Os investimentos federais em

infraestrutura de transporte e de energia elétrica e os incentivos fiscais e financeiros na década de 1970 viabilizaram o uso da tecnologia e tornaram possível a irrigação da fruticultura nessas regiões em comento. Além da importância, para a região, do processamento industrial da cana-de-açúcar e de frutas ou da exportação in natura, na década de 2000 cresceu a produção vinícola e a instalação de empresas brasileiras tradicionais no ramo (LIMA, 2012).

Também pode ser destacada a presença dos polos calçadistas da Bahia, do Ceará e da Paraíba, que se posicionam entre os principais do Brasil. Entretanto, por serem a maioria das empresas de micro ou de pequeno porte, há o uso intensivo de métodos de subcontratação. As empresas de maior porte, como a Grendene Sobral no Ceará e a Azaléia na Bahia, têm sede no Sul e no Sudeste e são responsáveis por grande parte da produção e da exportação (ANDRADE, 2015).

Com a transferência da Ford do Rio Grande do Sul para a Bahia no final de 2001, a Bahia inaugurou o polo da indústria automobilística em Camaçari, com o objetivo de produzir veículos utilitários. , com a Ford, a Bahia ampliou a participação na produção nacional de veículos para 7,6% e na produção de autopeças para 2,7% em 2007. Também em Camaçari, há o Complexo Petroquímico (COPEC), montado entre 1972 e 1978 na região metropolitana de Salvador, sob orientação da SUDENE e dos planos nacionais de desenvolvimento, é fruto de fontes múltiplas de investimentos (público, privado e externo). O Polo de Camaçari passou a ser controlado pela Braskem (3ª Companhia privada do país) em 2002, resultado da integração de importantes empresas do setor (CAVALCANTE, 2004).

3.5 O Comércio Exterior

O desempenho econômico no Nordeste pode também ser avaliado pela dinâmica alcançada pelo setor externo, já que o desenvolvimento de uma região está intimamente relacionado ao processo de crescimento econômico, no qual o comércio internacional possui inegável importância. Os benefícios trazidos pelo comércio exterior podem se mostrar extremamente elevados, na medida em que gerem emprego e renda, além de promoverem um maior nível de bem-estar para a população, oferecendo diversidade de opções de consumo. Em termos gerais, políticas de comércio exterior são desenvolvidas tanto por meio de alianças estratégicas com países, como por meio de incentivos e programas desenvolvidos junto às empresas e indústrias exportadoras, além dos impostos, taxas e especificações que se impõem sobre as importações (CARVALHO, 2008; GREMAUD, 2002).

Estudos apontam que a região Nordeste experimentou mudanças significativas na estrutura e direção do seu comércio exterior. Essas mudanças estão relacionadas a diversos fatores muito importantes no processo de inserção internacional da região, tais como: a estratégia de crescimento econômico, os incentivos fiscais adotados para a economia regional, a integração econômica no Mercosul e a liberalização comercial brasileira iniciada no início dos anos 1990 (HIDALGO; FEISTEL, 2012).

O comércio exterior estimula a produção; induz à incorporação de novas tecnologias e, seguindo a lógica, provoca saltos na produtividade, melhorando o grau de competitividade da economia. Ainda entre os efeitos benéficos, pode-se ressaltar que o aumento das exportações promove a redução de custos; alarga o mercado interno e evita déficits nas contas externas. Além das exportações, também as importações têm sua importância estratégica, pois, além de permitir o acesso a bens que o sistema produtivo de uma nação não tem condições de ofertar, pelo menos na quantidade necessária para satisfazer a demanda interna, a possibilidade de comprar mercadorias no exterior também funciona como um mecanismo de ampliação da concorrência, exercendo ainda a tarefa de ampliar as oportunidades de escolha para os consumidores. Portanto, o nível de bem-estar atingido por uma sociedade possui estreita relação com a importância do comércio exterior (GREMAUD, 2002).

A literatura ressalta que no tocante aos parceiros comerciais da região Nordeste, há destaque para o crescimento da participação da China nas exportações do da referida região. Os dados do comércio da região Nordeste com o parceiro asiático ganharam impulso a partir de 2003, e que, já em 2007, a China passou a ocupar o quarto lugar no ranking dos principais compradores de produtos região. No respectivo ano a região Nordeste foi responsável por 8,5% do total exportado pelo Brasil para este destino. Bahia e Maranhão, dois importantes produtores de commodities, produtos cuja demanda chinesa estava em expansão no período, responderam em 2007 por 96% do valor exportado pela região Nordeste para a China. No mesmo ano, o setor cobre e suas obras e minérios, escórias e cinzas foram responsáveis respectivamente por 23% e 20% do que foi vendido para a China. O autor assegura que outros produtos de destaque nos anos de 2002 a 2007 foram sementes e frutos, oleaginosas, grãos e sementes (MELO; MOREIRA; VELOSO, 2010).

Convém ressaltar que em 2009, a crise financeira internacional e o enfraquecimento da demanda mundial por produtos impactaram no desempenho das exportações brasileiras. Naquele instante as exportações nordestinas declinaram 24,8% enquanto que no Brasil a queda foi de 22,7%. Neste mesmo ano a redução das exportações

nordestinas foi atenuada pela expansão do PIB nos países emergentes, de modo que parceiros tradicionais como Estados Unidos, Argentina e Holanda, perderam participação nas exportações regionais, ao passo que crescem as vendas para novos destinos, especialmente China (MELO; MOREIRA; VELOSO, 2010).

O decréscimo as vendas externas do Nordeste superior à queda das exportações nacionais pode estar também relacionado à maior parcela dos bens manufaturados e semimanufaturados nas exportações da região. Em 2008 os produtos industrializados representavam 76% das exportações da região, enquanto que no Brasil correspondiam a 60,5%. É importante considerar que os bens industrializados possuem maior elasticidade renda e, portanto, se tornam mais sensíveis à redução na renda dos países parceiros. Sendo assim a queda nas exportações nordestinas foram suavizadas pelo acréscimo nas exportações de produtos básicos que possuem baixa elasticidade renda, como também pela expansão das vendas para países asiáticos (NEVES; LÉLIS, 2007).

No período de 2000 a 2012, os estados da Bahia, Maranhão e Ceará foram os principais exportadores da região, respondendo durante todo o período participações próximas ou superiores a 80%. Entretanto no ano de 2012, Pernambuco supera a participação do Ceará, e passa a ocupar a terceira posição no ranking de exportadores da região (BANCO DO NORDESTE..., 2015; REVISTA... 2013).

A Tabela 9 apresenta o percentual de exportação e importação da região Nordeste por fator agregado para os anos de 2010 a 2012.

Tabela 9 - Exportação e Importação (%) por fator agregado do Nordeste (2010 – 2012)

FATOR AGREGADO	Exportação (%)			Importação (%)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Básicos	28,1	27,1	27	14,9	13,3	9,4
Industrializados	70,3	71,2	71,2	85,1	86,7	90,6
Semimanufaturados	29,1	30,3	26,2	2,7	2,8	4,2
Manufaturados	41,2	40,9	44,9	82,4	84	86,3
Operações especiais	1,6	1,8	1,8	-	-	-

Fonte: MDIC. (2015)

Com relação aos produtos básicos, observa-se que, do lado das importações, o período apresenta uma substancial queda nas compras, enquanto as vendas apresentam um percentual em declínio, porém não tão expressivo. Com relação aos produtos industrializados, o lado das exportações revela um percentual inferior ao das importações, sendo que estas

apresentam um índice bem alto de compra de bens industrializados, mormente a aquisição de produtos manufaturados.

A Tabela 10 apresenta os dados relativos às exportações e importações por grandes categorias econômicas para o período de 2010 a 2012.

Tabela 10 - Exportação e Importação por Grande Categoria Econômica NE (2010 a 2012)

DESCRIÇÃO	Exportação (%)			Importação (%)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Bens de capital	0,77	0,67	4,90	18,37	15,53	15,27
Bens intermediários	72,76	73,2	69,54	40,39	38,04	33,24
Bens de consumo	16,16	13,23	12,25	10,26	9,58	10,12
Bens de consumo duráveis	3,24	2,47	2,21	6,31	5,58	5,94
Bens de consumo não duráveis	12,92	10,75	10,04	3,95	3,99	4,19
Combustíveis e lubrificantes	8,74	11,13	11,53	30,99	36,85	41,36
Demais operações	1,57	1,77	1,78	-	-	-

Fonte: MDIC (2015)

No setor de contas nacionais, no tocante às exportações nordestinas segundo as grandes categorias econômicas, a Tabela 10 demonstra que a região aumentou sensivelmente as vendas de bens de capital no ano de 2012, que foi 4,90%. A exportação de bens de consumo e bens intermediários mostraram oscilações e apresentam queda no ano de 2012. E o percentual de venda de combustíveis e lubrificantes mostrou um ligeiro aumento. Já com relação às importações, bens de capital e bens intermediários apresentam redução no percentual de importações. Isto também acontece com a categoria bens de consumo, que embora tenha apresentado elevação em relação ao ano anterior, revela um índice menor que o ano de 2010. O grupo de combustíveis e lubrificantes foi o que apresentou aumento no percentual importado de 2010 a 2012.

Os dez maiores parceiros comerciais com os quais a região Nordeste realizou transações nesse período foram seguintes países: China, Estados Unidos, Países Baixos, Argentina, Antilhas Holandesas, Alemanha, Canadá, Índia, Chile, Espanha, México e França. Os principais blocos foram Ásia, União Europeia, Estados Unidos e ALADI.

Este capítulo teve a intenção de corroborar com a ideia central deste trabalho, que é a de que há um crescimento econômico expressivo na região em diversas atividades. O capítulo a seguir realiza o esforço em identificar quais foram as fontes de crescimento econômico na região e para isso faz uso da taxa de crescimento do capital e da taxa de crescimento da força de trabalho do período em comento.

4 FONTES DE CRESCIMENTO NO NORDESTE

Já ficou explicitado nos capítulos anteriores que com vista a reduzir as desigualdades regionais o Governo Central Brasileiro adotou políticas regionais, com as quais buscou suprir a escassez de poupança característica nas regiões mais pobres (começando com as regiões Norte e Nordeste), mediante a oferta de crédito, a juros subsidiados, visando financiar atividades produtivas. Ante a percepção dos entraves ao desenvolvimento da Região Nordeste, comumente relacionados direta ou indiretamente com o fenômeno de secas recorrentes, o Governo buscou criar mecanismos de fomento do desenvolvimento socioeconômico da Região e de diminuição das desigualdades em relação às outras regiões do País.

Subjacente à ideia de superar a escassez de poupança, reside a intenção de fomentar o crescimento econômico e, por conseguinte, o desenvolvimento social e econômico das regiões, que é o objetivo primordial das políticas públicas. Estes mecanismos, sejam eles específicos para a Região Nordeste, sejam apenas parte de políticas mais amplas de caráter nacional, quase sempre foram traduzidos em: obras de infraestrutura relacionadas com os efeitos das secas (açudes, barragens e irrigações); outras obras de infraestrutura, como estradas e geração/distribuição de energia elétrica; e, principalmente, oferta de crédito com recursos públicos a juros subsidiados para o financiamento de atividades produtivas, tendo em conta a estrutura do Banco do Nordeste como agente financeiro e da SUDENE como planejadora e coordenadora das ações do desenvolvimento.

O fundamento subjacente à intervenção governamental no esforço de desenvolvimento do Nordeste, consubstanciado principalmente na oferta pública de crédito para financiar atividades produtivas, tem respaldo nas teorias do crescimento, conforme modelo de Solow que dão ênfase à acumulação de capital como fator relevante para o crescimento econômico de um país ou região. Partindo do pressuposto de que a escassez de poupança nas regiões subdesenvolvidas representa uma limitação ao crescimento econômico, a oferta de crédito com recursos públicos a juros subsidiados solucionaria o problema dos desequilíbrios regionais e subdesenvolvimento socioeconômico (GODOY, 2006).

No âmbito federal, além das políticas dirigidas às obras de infraestrutura, geridas por instituições como DNOCS, CODEVASF, CHESF e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), essa intervenção no desenvolvimento regional, via oferta de crédito, representa a criação dos fundos de incentivo fiscal (o FINOR, para o Nordeste, e o FINAM, para a Região Norte) e dos fundos constitucionais de financiamento

(FNE, para o Nordeste; FNO, para o Norte; e FCO, para o Centro-Oeste), que se constituem em vinculação constitucional e/ou legal de receitas públicas à finalidade de desenvolvimento dessas regiões.

O planejamento e a coordenação das ações de efetivação das políticas de fomento desses fundos cabem às agências de desenvolvimento como SUDENE e SUDAM, atualmente em conjunto com o Ministério da Integração Nacional, enquanto que as operações de financiamento ficam a cargo dos bancos do Nordeste, da Amazônia e do Brasil, em relação às regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, respectivamente.

Percebe-se que o Nordeste que vem dando certo, em anos recentes, é o do crescimento econômico. No entanto, isso não significa que a expansão do produto tenha ocorrido sem alterações estruturais e redução da pobreza – pelo contrário. As forças produtivas contemporâneas não são as mesmas do passado, nem a pobreza, haja vista suas mutações nos últimos 50 anos. Hoje, o Nordeste forma um grande mosaico de estruturas variadas, no qual habitam artefatos e situações, muitas vezes fragmentados e sem conexões. Tal mosaico resultou de um longo processo de transformações espontâneas, mas também provocadas por intervenções públicas federais e estaduais. (AMARAL FILHO, 2010, p. 56).

4.1 Instrumentos de desenvolvimento regional na Constituição Federal

A Constituição de 1988 retoma, então, a federação brasileira e dá alguns passos adiante, a começar pelo fato de eleger a redução das desigualdades sociais e regionais como um dos objetivos fundamentais da República. Além disso, a Constituição torna explícita em vários dispositivos os princípios, meios, instrumentos e recursos orçamentários indispensáveis para a realização do citado objetivo.

Nos princípios fundamentais, o problema do desenvolvimento nacional é algo abrangente. Sua amplitude envolve direta e indiretamente a questão do desenvolvimento de todas as regiões, sobretudo daquelas regiões economicamente mais deprimidas. Em decorrência, não se pode pensar em garantir o desenvolvimento nacional com algumas regiões, como é o caso do Nordeste, ainda num estágio de desenvolvimento bem abaixo de outras regiões. Há de existir alguma paridade entre todas as regiões do País, mesmo que não se cogite de uma igualdade perfeita, já que isso seria improvável ou impossível. Por isso, o inciso III do art. 3º. tem, no inciso II do mesmo artigo, seu complemento, podendo-se dizer que os dois se referem a uma só preocupação, isto é, o Brasil somente se desenvolverá quando forem erradicadas a pobreza e a marginalização e, particularmente, quando se reduzirem as desigualdades sociais e regionais (LIMA, 2007)

No tocante à organização do Estado, o planejamento nacional e regional há de ser competência da União, uma vez que tem a ver com o desenvolvimento do País no seu todo e com a unidade nacional, que não ficaria numa situação confortável na hipótese de uma fragmentação da elaboração e da execução dos planos de desenvolvimento de alcance mais amplo (BRASIL, 1988).

Segundo Lima (2007), é importante que os planos nacionais de desenvolvimento tragam em seus bojos as diferenças relativas às necessidades e características de cada região. É que, assim não sendo, poder-se-ia anular ou enfraquecer o objetivo constante do inciso III do art. 3º antes mencionado, que estabelece, entre outras coisas, a redução das desigualdades regionais como esforço inerente aos próprios fundamentos da República Federativa do Brasil. Assim, é de haver um só plano nacional de desenvolvimento. Entretanto, a seu lado, e aprovados conjuntamente com ele (art. 43, § 1º, II), podem existir planos regionais, consoante veremos adiante. Todavia, tal plano apreciará em seu conteúdo, formando uma uniformidade planejada, as marcas diferenciadoras referentes à realidade de cada região.

O art. 43 trata expressamente do problema relativo às regiões. Não cogita – é bom que fique bem claro – de um federalismo de regiões, ou seja, regiões com autonomia política. Tanto isso é verdade que ele enfatiza que os complexos geoeconômicos a que se reporta terão “efeitos administrativos”. Quer dizer: nada de efeitos ou divisões de natureza política. Outro ponto que merece destaque é a referência à possibilidade de utilização de incentivos regionais, sem prejuízo da manutenção dos já existentes. A Lei Máxima chega a ser minudente na definição de quais sejam esses incentivos. Por outro lado, o problema hídrico nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas, é encarado com propriedade, abarcando, com um aceno positivo, inclusive a hoje tão discutida questão da interligação das águas de bacias hidrográficas. De fato, as ações governamentais voltadas a tal finalidade encontram nítido apoio nos textos do inciso IV do § 2º. e de todo o § 3º. (BRASIL, 1988; LIMA, 2007).

A repartição das receitas tributárias é realizada com muita clareza pela Constituição. No que interessa à presente exposição, cabe destacar a alínea “c” do inciso I, que institui os fundos constitucionais de financiamento das regiões menos desenvolvidas: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Os recursos relativos a tais fundos não devem sequer transitar contabilmente, antes de serem liberados, pela conta do Tesouro Nacional. Os 3% destinados à aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que receberam tratamento pormenorizado na Lei n. 7.827/89, são entregues diretamente às

instituições financeiras de caráter regional encarregadas de administrá-los e, evidentemente, aplicá-los (LIMA, 2007; QUIANTE, 2010).

No caso do Nordeste a instituição financeira é o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), não podendo ser outra por que:

- a) é a instituição financeira de caráter regional específica;
- b) sendo instituição financeira, é a única que entende com larga experiência a problemática dos investimentos e financiamentos sob referência.

O mais que se pode admitir, sem lesionar o texto da Carta Magna nem agredir a lógica bancária, será que, mediante convênio detalhado, o BNB, após analisar detidamente programas especiais de instituições financeiras menores, repasse-lhes parcelas desses recursos, para aplicação nos termos estritos da Constituição Federal e da Lei 7.827/89, inclusive no que tange à destinação de metade dos recursos ao semiárido nordestino (QUIANTE, 2010).

4.2 Medidas de produtividade

Na microeconomia, a teoria da produção preocupa-se com a relação técnica ou tecnológica entre a quantidade física de insumos e a quantidade física de produtos. O agente econômico principal é representado pela empresa ou firma, encarregada de transformar os insumos em produtos, com vistas a maximizar seu lucro, isto é, a diferença entre as receitas provenientes da venda dos seus produtos e os custos associados à remuneração e aquisição de insumos. Em geral, os insumos (ou fatores de produção) costumam ser classificados em três grandes grupos: terra, trabalho e capital. Os produtos por sua vez, podem resultar em bens físicos ou bens intangíveis, tais como os serviços (VARIAN, 2000)

Considerando-se um determinado nível tecnológico, a função de produção, representada na equação a seguir, permite descrever a quantidade máxima de produto que pode ser obtida por meio de determinada quantidade de insumos, em um ponto específico do tempo:

$$y = f(x_1 + x_2 + \dots + x_n)$$

Em que y representa o bem ou serviço e x_1, x_2, \dots, x_n representam os insumos. Ao derivar a função de produção em relação a um determinado insumo, é possível obter a produtividade marginal de dito insumo, isto é, a quantidade de produto adicional gerado por uma unidade a mais de insumo. Dito de outro modo, a produtividade marginal de um insumo reflete a variação na quantidade total produzida, decorrente de uma variação da quantidade

utilizada do insumo. Já a produtividade média de determinado insumo é resultado do quociente entre a quantidade total produzida e a quantidade utilizada desse insumo específico, ou seja, é a quantidade média de produção por cada unidade de insumo utilizado (BROWNING; ZUPAN, 2004).

Apesar da semelhança de cálculo, os resultados que se obtém a partir destas duas medidas de produtividade possuem distintas implicações e interpretações, especialmente no que diz respeito à condição de maximização de lucro das firmas. No caso da produtividade marginal, analisa-se o efeito da adição de uma unidade extra de insumo sobre a produção, sendo, portanto, a unidade de medida relevante do ponto de vista da decisão de otimização da firma. No caso da produtividade média, mede-se, como o próprio nome sugere, a eficiência média de cada unidade de insumo empregada no processo produtivo. Deste modo, é possível afirmar que a produtividade média representa a unidade de medida adequada para se mensurar a eficiência dos insumos variáveis utilizados no processo produtivo.

Explicitou-se, no início do capítulo, que a produtividade é essencialmente uma medida física que mensura o produto e os insumos em termos de quantidades. Não obstante, quando a análise se move do nível microeconômico (empresa ou firma) em direção ao nível macroeconômico (atividades econômicas e a economia como um todo), os dados deixam de ser apresentados em termos de quantidades físicas e passam a ser divulgados em termos de valores monetários.

4.2.1 Função de produção agregada

Segundo Mankiw, Romer e Weil (1992), o ponto de partida de qualquer teoria do crescimento é a função de produção agregada, que expressa a relação entre o produto e os insumos usados na produção. O referido autor apresenta uma função em que o produto agregado é produzido por dois insumos, capital e trabalho:

$$Y = F(K, L).$$

Nesta função, Y é o produto agregado, K é o capital – a soma de todas as máquinas, fábricas, edifícios de escritórios e instalações de armazenamento da economia. L é o trabalho – o número de trabalhadores na economia. Ele chama atenção ao aspecto de que esta simplificação é bastante drástica no tocante a contribuição de cada insumo na obtenção do produto agregado e que deveriam ser tratados como insumos separados.

Portanto, para avançar no estudo de crescimento e função de produção agregada, Mankiw, Romer e Weil (1992) apresenta uma função de produção agregada escrita como:

$$Y = A(t)F(K, L)$$

Nesta função há um termo adicional $A(t)$, que representa mudanças tecnológicas e que depende do tempo simplesmente. O autor explica que, conforme o tempo passa, o termo $A(t)$ aumenta, significando que mais produto será gerado para uma quantidade de insumos.

Para o referido autor, com essa especificação, supõe-se que a mudança tecnológica não afeta a produtividade marginal relativa dos dois fatores da equação. Isto implica dizer que a mudança tecnológica resulta em aumentos iguais na produtividade de ambos os fatores e seria neutra porque não favorece nem o capital e nem a mão de obra. Embora não tenha sido o primeiro a ligar a função de produção agregada à ideia de produtividade, o artigo seminal de Solow, publicado em 1957, representa uma das mais importantes contribuições na área de modelos de crescimento econômico (JONES, 2000).

Utilizando uma função de produção com retornos constantes à escala e retorno marginal decrescente em relação aos insumos, o autor desenvolve um modelo através do qual se conclui que a acumulação do capital e o crescimento da força de trabalho, acompanhados de progresso técnico, são os responsáveis pelo crescimento do produto real da economia. O progresso técnico, que na verdade é calculado como a diferença entre a taxa de crescimento do produto e as taxas ponderadas de crescimento do capital e do trabalho, é conhecido, na literatura econômica, como resíduo de Solow (MANKIWI; ROMER; WEIL, 1992).

A função de produção ainda mais completa apresenta-se expressa no que segue, onde $F(\)$ é uma função que mostra como os insumos são combinados para gerar o produto:

$$Y = A F(K, L, H, N)$$

Comparativamente ao que foi descrito pelos autores acima, ela admite o capital (K) e o trabalho (L). Também possui a variável A, que representa a tecnologia produtiva disponível. E a novidade na expressão ora apresentada fica por conta da adoção do capital humano (H) e dos recursos naturais (N) na função de produção. Para as funções de produção com retornos constantes de escala:

$$L = A F(1, K/L, H/L, N/L)$$

Nesta equação, observa-se que Y/L é a produção por trabalhador, que é uma medida de produtividade. Além de representar que a produtividade depende do estado da tecnologia representada pela variável A, esta equação diz que a produtividade depende do capital físico por trabalhador (K/L), do capital humano por trabalhador (H/L) e dos recursos naturais por trabalhador (N/L).

Gremaud (2002) apresenta uma classificação das fontes de crescimento para análise das diferenças de desenvolvimento econômico a partir dos elementos que integram a função de produção agregada do país:

Desta forma, o crescimento da produção e da renda decorre de variações na quantidade e na qualidade de dois insumos básicos: capital e mão-de-obra. As fontes de crescimento são: a) aumento na força de trabalho, derivado do crescimento demográfico e da imigração; b) aumento do estoque de capital, ou da capacidade produtiva; c) melhoria na qualidade da mão-de-obra, por meio de programas de educação, treinamento e especialização; d) melhoria tecnológica, que aumenta a eficiência na utilização do estoque de capital; e) eficiência organizacional referente à interação dos insumos. De um modo geral, o desenvolvimento é um fenômeno de efeitos amplos na sociedade, que atinge a estrutura social, política e econômica, que estuda estratégias que permitam a elevação do padrão de vida da coletividade (GREMAUD, 2002, p. 67).

Muitas vezes, como forma de observar diretamente o crescimento que realmente importa, no caso, aquele que supera a taxa de crescimento da força de trabalho, denotando assim a parcela que corresponde ao aumento do produto por trabalhador, os economistas preferem observar diretamente a dinâmica da produtividade do trabalho. Ou seja, é comum observar referências em relação ao crescimento da produtividade, e não exatamente do crescimento do produto absoluto.

De acordo com Mankiw, Romer e Weil (1992), os determinantes da produtividade são:

- a) capital físico ou capital: o estoque de equipamentos e estruturas usado para produzir bens e serviços. Os trabalhadores são mais produtivos se dispõem de ferramentas para trabalhar. Uma quantidade maior de ferramentas permite que o trabalho seja realizado com maior rapidez e precisão. Como dito no início do capítulo, os insumos usados para produzir bens e serviços são chamados fatores de produção. Uma característica importante do capital é que ele é um fator de produção usado para produzir todos os tipos de bens e serviços, incluindo mais capital;
- b) capital humano: expressão utilizada pelos economistas para designar o conhecimento e as habilidades que os trabalhadores adquirem por meio de educação, treinamento e experiência. Embora sejam menos tangíveis que o capital físico, assim como este, o capital humano aumenta a capacidade da nação para a produção de bens e serviços;
- c) recursos naturais: são os insumos proporcionados pela natureza, como terra, rios e depósitos minerais e assumem duas formas: renováveis e não renováveis. As diferenças quanto a recursos naturais são responsáveis por algumas das

diferenças entre os padrões de vida pelo mundo, embora não sejam necessários para que uma economia seja altamente eficiente na produção de bens e serviços;

- d) conhecimento tecnológico: é o conhecimento que a sociedade tem das melhores maneiras de produzir bens e serviços. Os conhecimentos podem ser de domínio público ou podem ser patenteados (sendo que esta última pode ter um período para expirar a propriedade). Todas as formas de conhecimento tecnológico tem sua importância na produção de bens e serviços.

Portanto, as versões acima apresentadas tornam evidentes quais são os fatores de produção que, tradicionalmente, são considerados relevantes pelos economistas para estudar fontes de crescimento. Abaixo, quando for empreendida a tentativa de aplicar esta análise para a economia nordestina, será feita a opção por uma das versões anteriores. No momento oportuno será feita a justificativa da opção por determinada versão.

4.3 Cálculo das Fontes de Crescimento Econômico no Nordeste

Esta seção tem o objetivo de fazer um exercício de separação das fontes do crescimento econômico no Nordeste, considerando como fatores relevantes o conhecimento tecnológico, o trabalho e o capital. Para iniciar tal procedimento será considerada uma função de produção nos termos estabelecidos por Jones (2000), na versão mais conhecida pelos economistas, intitulada Cobb-Douglas.

$$Y = AK^\alpha L^{1-\alpha} \quad \text{Eq. 01}$$

Onde: Y = Nível de produção, A = Nível tecnológico, L = Força de trabalho, α = Parâmetro que representa a participação do capital na renda ($0 < \alpha < 1$). Observa-se que as participações dos fatores de produção na renda absorve a totalidade do produto: α é destinado ao capital e $1-\alpha$ é destinado ao trabalho. Considerando estudos como Hallack Neto e Saboia (2014), a participação do trabalho na renda nacional está situada em algo próximo a 0,43 ($1-\alpha$), o que denotaria uma participação aproximada de 0,57 (α) para o capital. Este indicador será considerado como aproximação para os cálculos que serão realizados posteriormente.

Partindo da equação 01 pode-se obter a taxa de crescimento do produto no seguinte formato:

$$\frac{\Delta Y}{Y} = \frac{\Delta A}{A} + \alpha \frac{\Delta K}{K} + (1 - \alpha) \frac{\Delta L}{L} \quad \text{Eq. 02}$$

Ou seja, pela equação 02 a taxa de crescimento do produto $\Delta Y/Y$ será dada pela soma das taxas de evolução do conhecimento tecnológico ($\Delta A/A$) e pelas taxas de crescimento do capital ($\Delta K/K$) e do trabalho ($\Delta L/L$), sendo estas duas últimas ponderadas pelas suas participações na renda nacional. Como a única variável não observável, na prática, é $\Delta A/A$, esta pode ser apurada pela parte que permanecer inexplicada após os cálculos incluindo K e L, ficando, por este motivo, denominada como o resíduo de Solow.

Entretanto, antes de proceder nos cálculos das fontes de crescimento econômico embasados pela equação 02 convém fazer uma breve apresentação da dinâmica das variáveis envolvidas nesta análise durante o período em estudo. A Tabela 11 apresenta as taxas de crescimento econômico obtidas pelos estados nordestinos e do Brasil no período de 2004 a 2013.

Tabela 11 - Percentual de crescimento dos estados do Nordeste (2004 a 2013)

	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	BR
2004	4,5%	9,6%	5,2%	9,0%	2,8%	4,1%	6,3%	3,5%	6,6%	5,7%
2005	4,8%	4,8%	2,8%	7,3%	4,0%	4,2%	4,5%	4,0%	5,7%	3,2%
2006	4,4%	2,7%	8,0%	5,0%	6,7%	5,1%	6,0%	4,8%	4,1%	4,0%
2007	4,1%	5,3%	3,3%	9,1%	2,2%	5,4%	2,0%	2,6%	6,2%	6,1%
2008	4,1%	5,2%	8,5%	4,4%	5,5%	5,3%	8,8%	4,5%	2,6%	5,2%
2009	2,1%	-0,6%	0,0%	-1,7%	1,6%	2,8%	6,2%	1,5%	4,4%	-0,3%
2010	6,8%	6,6%	8,0%	8,7%	10,3%	7,7%	4,2%	5,1%	5,3%	7,6%
2011	4,8%	2,1%	3,8%	6,1%	6,3%	4,5%	5,2%	5,0%	5,0%	3,9%
2012	1,8%	2,8%	1,5%	4,1%	3,8%	4,2%	5,2%	1,0%	1,2%	1,8%
2013	0,7%	1,2%	5,0%	4,8%	5,8%	2,9%	2,4%	4,0%	1,0%	2,7%
Média	3,8%	4,0%	4,6%	5,7%	4,9%	4,6%	5,1%	3,6%	4,2%	4,0%

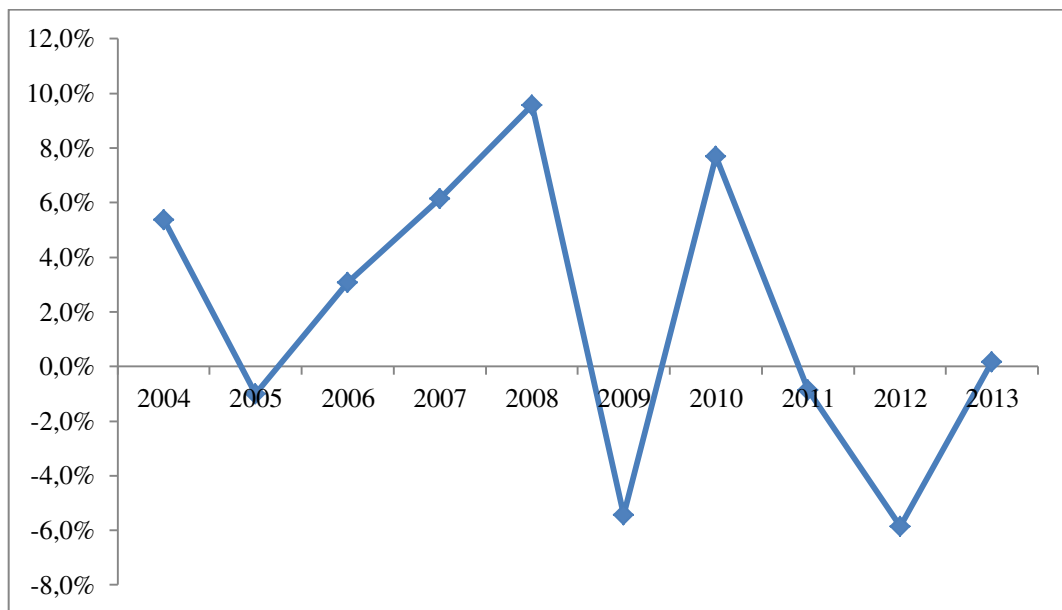
Fonte: IBGE (2015)

As disparidades de crescimento econômico nos estados da região Nordeste mostram casos como o do Maranhão onde se verifica um crescimento médio de 5,7% no período e casos como o do Rio Grande do Norte, onde a economia cresceu a uma taxa anual média de 3,6%. De todo modo, os dados mostram que os estados nordestinos experimentaram taxas de crescimento positivas ao longo do tempo. Mas como se trata de uma das regiões mais pobres do Brasil, talvez as taxas necessárias fossem ainda mais altas que estas que apresentamos na Tabela 11.

No Gráfico 17 é apresentada a taxa de crescimento do capital no período de 2004 a 2013. Como não existe uma medida específica para o capital, a solução que aparece no

gráfico é a variação da taxa de investimento / PIB para o Brasil. Consideraremos que a taxa de crescimento do capital dos estados nordestinos acompanhou a taxa de crescimento da economia brasileira como um todo. Se isto fosse considerado somente para um ano individual haveria erros grosseiros. Como esta taxa corresponde à média para uma década, é natural que, consideradas as disparidades anuais, ao longo de um tempo tão extenso nenhum estado poderia divergir tanto da média nacional, convergindo para a mesma após algum período ficando acima e algum período ficando abaixo.

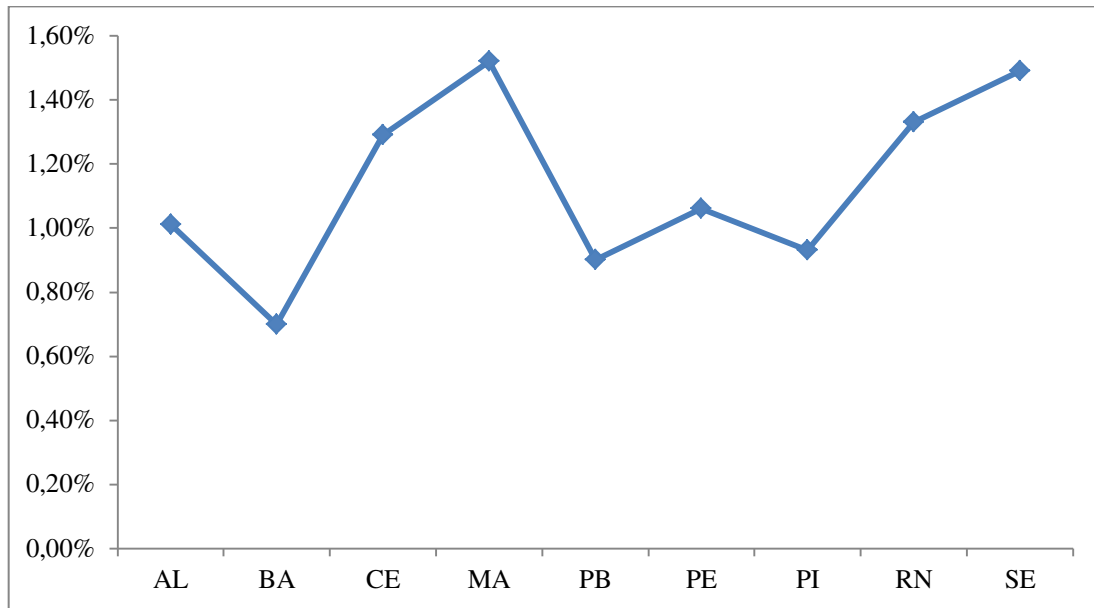
Gráfico 17 - Taxa de crescimento do capital no Nordeste de 2004 a 2013 (%)



Fonte: IBGE (2015)

No Gráfico 17, observam-se variações expressivas nas taxas de crescimento de um ano para outro. Mas ao longo do período geral a tendência final foi de crescimento, pois a taxa média anual foi de aproximadamente 1,9%, mostrando que deve ter sido este o ponto de convergência das taxas nacionais, inclusive a taxa dos estados nordestinos.

No Gráfico 18, temos a taxa de crescimento da força de trabalho no período, tomando como proxy a taxa de crescimento da população de cada estado na comparação dos censos de 2010 e 2000. O fato de não considerar exatamente o mesmo período que foi considerado para os demais indicadores não afeta os resultados significativamente. Taxas de crescimento populacionais não sofrem modificações bruscas em períodos curtos, fazendo com que a utilização da comparação das taxas apuradas nos dois censos (que fornecem medidas mais precisas) reflita muito bem o que aconteceu no período.

Gráfico 18 - Taxa de crescimento da força de trabalho no Nordeste (2004-2013)

Fonte: IBGE (2015)

O Gráfico 18 informa que a população varia de forma bem diferenciada entre os estados do Nordeste. O Maranhão é o estado com a maior taxa de crescimento no período (1,52%), enquanto o estado da Bahia apresenta a menor taxa de crescimento (0,7%). Estes exemplos mostram bem as disparidades quanto ao crescimento da população nos nove estados da região.

Tendo feito esta apresentação inicial dos dados mais importantes, passar-se-á agora ao cálculo proposto com a utilização da equação 02, que foi mostrada no início desta seção. A Tabela 12 traz os resultados da contribuição do capital, do trabalho e da produtividade total dos fatores para o crescimento da economia dos estados do Nordeste no período de 2004 a 2013.

Tabela 12: Fontes de crescimento para os estados do Nordeste (2004 a 2013)

Variável	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
$\Delta Y/Y$	3,8%	4,0%	4,6%	5,7%	4,9%	4,6%	5,1%	3,6%	4,2%
$\alpha \Delta K/K$	1,1%	1,1%	1,1%	1,1%	1,1%	1,1%	1,1%	1,1%	1,1%
$(1-\alpha)\Delta L/L$	0,4%	0,3%	0,6%	0,7%	0,4%	0,5%	0,4%	0,6%	0,6%
$\Delta A/A$	2,3%	2,6%	2,9%	4,2%	3,4%	3,1%	3,6%	1,9%	2,5%

Fonte: IBGE (2015)

Os resultados da Tabela 12 apresentam a mudança na produtividade total dos fatores como o grande motor da economia dos estados do Nordeste no período de 2004 a

2013. Em todos os nove estados a contribuição desta variável é sempre a mais robusta, ou, a mais importante. Lembrando que aqui não se encontra apenas uma variável. Na contribuição da variável A está contida a contribuição de recursos como o capital humano, as instituições, o avanço tecnológico, a incorporação de setores dinâmicos, etc. Em suma, esta variável contém em si tudo que melhora a eficiência econômica da região, excluindo a incorporação de fatores tradicionais, como o capital e o trabalho.

Este trabalho não tem por ambição chegar a uma medida precisa da contribuição de cada fator de produção. Ambiciona apenas, por exemplo, sugerir quais variáveis contribuíram mais ou quais variáveis contribuíram menos. Mesmo que se tenha considerado o crescimento do capital em cada estado semelhante ao crescimento observado para a economia do país não significa que isto tenha causado distorções importantes no panorama geral dos resultados.

Em primeiro lugar, não podem persistir grandes distorções muito grandes em um período tão longo. Em segundo lugar, mesmo que tenha havido algumas diferenças, pela dimensão dos valores que estão na última linha da Tabela 12, julga-se que a dominância da variável A não seria atingida. Isto quer dizer que, para os objetivos qualificar os valores apresentados, e não se preocupar com medidas exatas, a metodologia empregada atende perfeitamente aos objetivos.

Ao se voltar a atenção aos dois estados com maiores taxas de crescimento econômico no período, que foram o Maranhão (5,7%) e o Piauí (5,1%), encontram-se contribuições para a produtividade total dos fatores que chegam a 4,2% e 3,6%, respectivamente. Sabe-se que estas duas economias foram marcadas, no período estudado, por uma forte expansão da cultura da soja em suas áreas de cerrado. Antes da penetração da cultura da soja vigorava nestas regiões, como é comum no Nordeste, culturas de subsistência, de baixa produtividade. Quando é retirada a cultura de subsistência (de baixa produtividade) e implantada a produção voltada para o mercado externo (de alta produtividade) é causado um choque de grandes proporções na produtividade dos fatores de produção na região.

Então é natural que em estados onde aconteceram eventos como este do exemplo, não haja maior contribuição para o crescimento econômico que não aquela causada pelo choque na produtividade dos fatores de produção, deixando inibida (porém positiva) a contribuição da incorporação de fatores físicos de produção.

Estes resultados induzem a fazer uma breve reflexão sobre a forma como se deu ênfase à incorporação de fatores físicos no GTDN, que diagnosticava a escassez de capital na região (o que fazia sentido àquela época), mas não mencionava a necessidade de explícita de

interferir nos fatores que estão escondidos na variável A. A reflexão principal trazida por este trabalho, olhando especialmente para os resultados apresentados na Tabela 12, é que, atualmente, o Nordeste necessita voltar a sua atenção para recursos dessa natureza, ou seja, incorporação de novas tecnologias e formação de capital humano, por exemplo. Isto, obviamente, sem desprezar também a necessidade original de promover novos investimentos em bens de capital.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da região Nordeste e seu atraso relativo ao restante do país tem sido uma preocupação recorrente das políticas de desenvolvimento regional no Brasil. Nos últimos anos, a economia brasileira se caracterizou por um crescimento instável e de baixo dinamismo ao passo que a região Nordeste do Brasil, apesar da economia ter experimentado um avanço significativo e obtido transformações concretas sobre a sua estrutura produtiva, ainda suscita discussões acerca da temática. E percebe-se sempre que se remete a Celso Furtado a origem do pensamento teórico para o planejamento de políticas com essa preocupação. Por ele ter investigado profundamente o caso brasileiro e nordestino, em especial, ele mereceu destaque neste trabalho como fonte analítica bastante pertinente.

Celso Furtado inspirou-se em grande medida nas ideias de Prebisch para analisar as relações de dependência estabelecidas entre o Brasil e os países centrais. Além disso, a relação de centro e periferia também foi utilizada para compreender as desigualdades regionais brasileiras, notadamente, para explicar o atraso relativo do Nordeste em relação às regiões mais ricas. Isso tudo fez com que a hipótese de Furtado seja muito bem estruturada e influente na literatura sobre desigualdades regionais no Brasil.

Apesar dos esforços desenvolvidos por Celso Furtado (desde os anos 1950s) e outros pesquisadores (recentemente), a problemática do atraso nordestino ainda é um tema pertinente, tendo em vista que a região não consegue acompanhar os indicadores nacionais e sempre se apresenta como símbolo de pobreza e desigualdade. Isto demonstra que o problema nordestino ainda não foi devidamente compreendido e as políticas apresentadas e postas em prática nas últimas décadas não obtiveram a eficiência esperada.

Na virada para o século XXI a região Nordeste entrou numa dinâmica positiva, quando se passou a observar que a sua economia crescia a taxas que superavam a média nacional, sobretudo em estados como o Maranhão. No entanto, esta dinâmica logo veio a ser interrompida pelos próprios problemas oriundos da economia brasileira como um todo. Mas pode-se observar que o Nordeste rompeu com o marasmo e não se configura como mero apêndice, carente e dependente e repasses financeiros. Entretanto, o atual regime de crescimento merece atenção, pois é muito dependente da estabilização monetária, bem como dos ciclos políticos e da boa saúde financeira do governo federal.

Mesmo assim, o desempenho obtido na primeira década do século XXI já serviu para que os indicadores locais passassem por um processo de melhoria, embora este processo não tenha se dado na duração e magnitudes suficientes para aproximar mais rapidamente e

definitivamente a região em estudo da média brasileira como um todo. De qualquer modo, espera-se que ao longo dos próximos anos a tendência aqui verificada prevaleça, de modo que o Nordeste passe por uma transformação que gere maiores níveis de emprego, renda e, de forma abrangente, aumente o seu padrão de desenvolvimento.

Nesta direção, os resultados que foram apresentados na parte final do trabalho sugerem que a melhoria nos níveis de emprego e renda na região passa por iniciativas que tenham como foco o aumento na produtividade total dos fatores de produção. O Nordeste, como mercado de trabalho comporta grande heterogeneidade, com polos locais de crescimento e boa capacidade de geração de empregos. A região deve dotar-se de melhorias na infraestrutura (econômica, social e institucional) de modo a atrair novos empreendimentos produtivos, de forma a transformar o Nordeste numa região altamente competitiva e socialmente justa, promovendo a dinamização da economia e o desenvolvimento regional. Desta forma, os benefícios de crescimento e sua projeção econômica dependem em grande parte de políticas estruturais, educacionais, tecnológicas, comerciais e industriais.

Nesta conjuntura, há que se levar as instituições para as áreas onde os cidadãos possam usufruir dos seus benefícios; investir em capital humano; desenvolver, atrair e colocar em uso novas tecnologias; promover mudanças culturais que promovam a substituição de uma mentalidade de culturas de subsistência por culturas voltadas para o mercado; e ainda outras iniciativas nessa direção, são fatores que estão escondidos por detrás da maior fonte de crescimento das economias da região recentemente, que foi o acréscimo de eficiência no uso dos recursos produtivos. Esse conjunto de melhorias como um todo, estimula o setor privado no aumento da sua produtividade, atraindo capital e trabalho: as pessoas investem mais em si próprias e as empresas investem mais em capital físico. Isto dinamiza a economia, gerando crescimento e desenvolvimento econômico. Assim se poderá ter uma economia mais diversificada e com efeitos multiplicadores mais intensos.

No lugar de ser um fim, o atual desempenho econômico deve ser encarado como um meio para se alcançar patamares mais elevados de desenvolvimento. Para isso, o Nordeste precisa de um número maior de políticos comprometidos com seu desenvolvimento, mais efetividade, e maior escala, dos investimentos públicos federais em infraestrutura e projetos estruturantes, melhoria radical na qualidade da educação básica e fortalecimento da base científica e tecnológica. Em resumo, enfatiza-se mais uma vez, o Nordeste necessita de mudanças verdadeiramente estruturais.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Jair do. O Nordeste que dá certo. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 7, out. 2010.

ANDRADE, Maria Elza de. **Estudos sobre as exportações dos estados do Nordeste**. Tese. Uberlândia, 2015.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim Regional do Banco Central do Brasil. **Economia Baiana: estrutura produtiva e desempenho recente**. Brasília: Jul. 2012.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Nordeste 2022** – Estudos Prospectivos. Banco do Nordeste do Brasil e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2015.

BARROS, Alexandre Rands. **Desigualdades Regionais no Brasil: natureza, causas, origens e solução**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

BENEVIDES, Gustavo. **Polos de desenvolvimento e a constituição do ambiente inovador: uma análise sobre a região de Sorocaba**. Tese de Doutorado. São Caetano do Sul, 2013.

BORJA, Bruno. **A Formação da Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado**. Tese de Doutorado. UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BROWNING, Edgar K.; ZUPAN, Mark A. **Microeconomia: teoria e aplicações**. 7.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 20. ed. Ijuí: Ed. Ijuí, 1999.

CABRAL, Renan. 1959. Das ideias à ação, a Sudene de Celso Furtado: oportunidade história e resistência conservadora. **Cadernos do Desenvolvimento**, São Paulo, v.6, n.8 maio 2011.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

CARDOSO, Fernanda Graziella. **A armadilha do subdesenvolvimento: uma discussão do período desenvolvimentista brasileiro sob a ótica da Abordagem da Complexidade**. Tese Doutorado. São Paulo, 2012.

CARVALHO, C. P. O. Nordeste: sinais de um novo padrão de crescimento: 2000-2008. In: Encontro Nacional de Economia, 36, 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPEC, 2008.

CARVALHO, Fernanda Ferrário de. **A extinção da SUDENE: um marco das transformações na política de desenvolvimento regional no Brasil**. Tese. Campinas, 2006.

_____. **Da esperança à crise: a experiência das políticas regionais no Nordeste**. Dissertação Mestrado. Campinas, 2001.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. **Crédito e desenvolvimento regional: o caso do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia**. Tese. Salvador, 2004.

CAVENAGH, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. O programa bolsa família e as taxas de fecundidade no Brasil. In CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes: **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Organizadores: Brasília: IPEA, 2013.

CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento: o processo de criação da SUDENE**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

COUTO, Joaquim Miguel. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 45-64, abr. 2007

DATASUS. Indicadores e Dados Básicos - Brasil. Disponível em <www2.datasus.gov.br>. 2015.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.19, n. 2, p. 227-249, maio-ago. 2009.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. O subdesenvolvimento revisitado. In: **Economia e Sociedade...**, Campinas, p. 5-19, 1992a.

_____. **Brasil a construção interrompida**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992b.

_____. **Economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALVÃO JUNIOR, Alceu de Castro. **Regulação e Universalização dos Serviços de Água e Esgoto: estudo do Nordeste Brasileiro**. Tese (Mestrado). São Paulo, 2008.

GODOY, Giseli Pereira de. **Fatores de Crescimento Regional no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Economia). UFRGS: Porto Alegre, 2006.

GOMES, Gustavo Maia. **Conflito e conciliação: políticas de desenvolvimento regional no mundo contemporâneo**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

GREMAUD, Amaury Patrick. **Economia Brasileira Contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Desigualdades e Políticas Regionais no Brasil: caminhos e descaminhos**. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, n. 15, jun. 1997.

HALLACK NETO, João; SABOIA, João. Distribuição funcional da renda no Brasil: análise dos resultados recentes e estimação da conta da renda. **Economia Aplicada**, v. 18, n. 03, jul. / set. 2014.

HIDALGO, Álvaro Barrantes; FEISTEL, Paulo Ricardo. O Intercâmbio Comercial Brasil-China: A Questão das Vantagens Comparativas. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v.30, n. 57, p. 175-203, mar. 2012.

HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000 a 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em :2015

JEONG, Kang-Deok. **As políticas externa e de defesa do Brasil para a estabilidade regional na América do Sul desde o fim da Guerra Fria**. Dissertação (Mestrado). Brasília, 2011.

JONES, Charles Irving. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LACERDA, Antônio Corrêa de. **Economia Brasileira**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LEFF, Nathaniel H. Desenvolvimento econômico e desigualdade regional: origens do caso brasileiro. **Rev. Bras. Econ.** Rio de Janeiro. v. 26 , n. I , p.3-21. jan. /mar. 1972.

LIMA, Cláudio Ferreira. (ORG.) **A questão regional na Constituição Brasileira**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

LIMA, Leonardo Dias. **Nordeste em mapas 2012**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.

MANKIW, N. Gregory; ROMER, David; WEIL, David. A Contribution to the Empirics of Economic Growth. **Quarterly Journal of Economics**, v. 107, p. 407-438, maio. 1992.

MELO, M.C.P.; MOREIRA, C.A.L.; VELOSO, A.W.A. Comércio bilateral Brasil-China e o rebatimento no desempenho das transações externas da Região Nordeste. **Indicadores Econômicos FEE**, v.38, n. 1, p.93-102. 2010.

MENDES, C. C.; MONTEIRO NETO, A. **Planejamento, instrumentos e resultados: avaliação da compatibilidade de políticas para o desenvolvimento do Nordeste**. Brasília: Ipea, 2011. (Texto para Discussão, n. 1.633)

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Disponível em:<www.mdic.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2015.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

NEVES, A. C. P.; LÉLIS, M. T. C. Exportações estaduais no Brasil: estimativas para as elasticidades preço e renda. **Revista de Economia Política**, v. 27, p. 102-135, 2007.

OLIVEIRA, F. O. **Elegia para uma (re)ligião**. 6. ed. Rio de Janeiro, 1977.

PERROUX, F. **Economia do Século XX**. Lisboa: Herder, 1967.

_____. Estudo Econômico da América Latina, 1949. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento da Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

QUIANTE, Whyngpa. **Fundos Constitucionais e Banco do Nordeste** – uma análise das liberações considerando a lógica de operação do sistema bancário nacional. Dissertação (Mestrado). Uberlândia, 2010.

REVISTA DE CONJUNTURA ECONÔMICA. Banco do Nordeste do Brasil. Disponível em <<http://www.bnb.gov.br/revista-bnb-conjuntura-economica>>. Acesso em: 15 de mai. 2015.

RODRIGUEZ, Otavio. **Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico** – um manifesto não-comunista. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SANTIAGO, Rodrigo. **Um roteiro para entender os temas que dominavam a SUDENE**. Cadernos do Desenvolvimento, v. 6, n. 8, maio 2011.

SARMENTO, Alexandre Dellamura. Notas sobre o take-off: a teoria rostowiana revisada. **Teoria e Evidência Econômica** – v. 18, n. 38, p. 144-167, jan./jun. 2012.

SILVA FILHO, Guerino Edécio. A interpretação para o atraso relativo do Nordeste a partir da teoria do desenvolvimento econômico periférico da CEPAL. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.28, n.4, p.433-450, out./dez. 1997.

SILVA, Ana Márcia Rodrigues da. **Um estudo sobre a pobreza multidimensional na Região Nordeste do Brasil**. Dissertação (mestrado). Uberlândia, 2009.

SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil 1500-1820**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, v. 34, 2005. Edições do Senado Federal.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia**: princípios básicos. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

VIANNA, Salvador Teixeira Werneck. **Desenvolvimento econômico e reformas institucionais no Brasil**: Considerações sobre a construção interrompida. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro, 2007.

VIDAL, Francisco Carlos Barqueiro. **Nordeste do Brasil – atualidade de uma velha questão**: subdesenvolvimento regional no contexto do capitalismo contemporâneo. Dissertação (Mestrado). Salvador: UFBA, 2001.